



PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

2025
2027



Secretaria-Geral de Administração
Brasília - DF | 2025

AGU
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Autoridades incentivadoras

Jorge Messias

Advogado-Geral da União

Flávio José Roman

Secretaria-Geral de Consultoria

Elisa Monteiro Malafaiia

Secretaria-Geral de Administração

Cristina Sisson de Castro Massini Joenck

Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade (CGIST)

Rodrigo Jorge Pfeilsticker

Superintendência Regional de Administração da 1ª Região

Hermington Chianca Couto

Superintendência Regional de Administração da 2ª Região

Tiago Lima da Silva Fioravante

Superintendência Regional de Administração da 3ª Região

Robledo Dohmer

Superintendência Regional de Administração da 4ª Região

Danyela Wanderlei Ferreira

Superintendência Regional de Administração da 5ª Região

Adriane Paula Costa

Superintendência Regional de Administração da 6ª Região

Comissão

Cristina Sisson de Castro Massini Joenck

Lourdiane Mendes Getro Dias

Márcio Bastos Medeiros

Leandro Luciano

Viviane Mafissoni

Angelina Souza Leonez

João Marcus Wonk Okumura

Nayra Laís Lustosa Neves Milanez

Paula Reis Rosa Cury Correa

Sidnei Borges Fidalgo

Hermigton Chianca Couto

Christiane Gloria Saturnino de Aguiar

Bruna Santoro

Egle Maria Andrade de Souza Fukagawa

Alexandre Luiz da Silva Veiga

Fernanda Lottermann

Isnar de Albuquerque Lucas

João Aníbal Nascimento de Almeida

Carlos Ricardo Wagener

Eduardo da Silva Palma

Guilherme Perreira Correa Samy

Jéssica Gomes Pazeta

Produção Ascom

Design gráfico

André Luis Batista Martins

Wemerson Pereira

Histórico de versões

1ª Edição: dezembro 2024

2ª Edição: abril de 2025



SUMÁRIO



■ Apresentação	4
■ Introdução	5
■ Diretrizes Estratégicas	7
■ Metodologia de Elaboração	8
■ Metodologia de aferição dos custos indiretos	9
■ Diagnóstico atual	9
■ Plano de ações e metas por eixo temático	11
■ Implementação, Monitoramento e Avaliação	13
■ Conclusão	14
■ Base Jurídico-Normativa	14
■ ANEXO I	16
■ Visão Geral do Plano Diretor de Logística Sustentável da Advocacia-Geral da União	16
■ ANEXO II	21
■ Contextualizando os indicadores do PDLS/AGU	21



APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Advocacia-Geral da União (AGU) é um instrumento estratégico de abrangência nacional, que integra a sustentabilidade à gestão de recursos, logística e contratações públicas, visando o atingimento dos objetivos estratégicos.

Baseado em avanços normativos e modelos de referência, o PDLS marca a transição de um modelo tradicional para um paradigma inovador, alinhando o papel das contratações públicas à promoção da sustentabilidade e da justiça social. É ele o responsável por estabelecer a estratégia das contratações no âmbito da AGU, tendo como norte o alinhamento entre princípios normativos e a gestão eficiente de recursos, bem como os objetivos e ações atinentes a critérios socioambientais, nas suas mais diversas dimensões.

Tendo sido elaborado no decorrer do exercício de 2024 e com vigência de execução prevista para o período de 2025-2026, o plano será revisado em ciclos de dois anos, visando à incorporação de melhorias, atendimento às novas demandas e ampliação da eficiência da gestão.

Dessa forma, a AGU reafirma o compromisso com uma administração pública inovadora, ética, responsável e alinhada aos objetivos do desenvolvimento sustentável, consolidando sua atuação na promoção de um Brasil democrático, inclusivo e sustentável.





Introdução

Instituído pela Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, o PDLS busca assegurar que as contratações públicas contribuam para os objetivos estratégicos da Administração Pública, abrangendo as dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

A elaboração e implementação do PDLS são obrigatórias para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, conforme o art. 7º da referida Portaria.

O PDLS está fundamentado nos objetivos definidos pelo art. 11 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece diretrizes para garantir contratações mais vantajosas, justas, inovadoras e sustentáveis, assegurando isonomia, competitividade e eficiência no uso dos recursos públicos. Além disso, o plano está alinhado ao planejamento estratégico institucional, ao Plano Plurianual (PPA) e às diretrizes da estratégia federal de desenvolvimento e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, reafirmando sua conexão com as políticas públicas nacionais e internacionais.

Na AGU, o PDLS está embasado, além dos normativos já citados, na Constituição Federal, no Planejamento Estratégico 2024-2027 e em normativos internos que regem a logística e as contratações, seguindo o modelo de referência proposto pela Secretaria de Gestão do Ministério de Gestão e Inovação.

Por sua natureza estratégica, o PDLS não apenas orienta as ações internas da AGU, mas também influencia o mercado fornecedor, incentivando negócios de impacto, inovação e práticas de consumo e descarte mais sustentáveis.

Suas diretrizes embasam a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) e subsidiam a elaboração dos documentos atinentes às contratações a serem realizadas pelo órgão, como estudos técnicos preliminares, termos de referência e mapa de risco, promovendo contratações mais responsáveis e alinhadas aos objetivos institucionais.



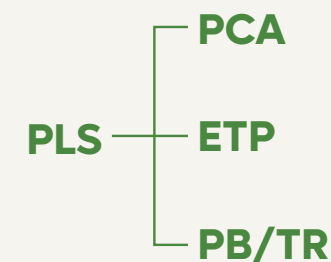
ODS da agenda 2030



EFD Brasil 2020 - 2031

**Diretrizes e
programas
do PPA**

**Planejamento
estratégico**





MAPA ESTRATÉGICO

Confiabilidade e a sustentabilidade das políticas públicas

Defesa jurídica da democracia

Viabilidade jurídica da transição ecológica

Impactos para o Estado e a Sociedade

Valores

- Aprendizado contínuo
- Comprometimento
- Integridade
- Cooperação
- Inovação

Propósito

Nós trabalhamos para viabilizar políticas públicas por um Brasil democrático, inclusivo e sustentável

Visão

Ser vanguarda na inteligência jurídica para a solução de conflitos e problemas públicos em benefício da sociedade

Excelência dos Serviços Jurídicos



Garantir a segurança jurídica dos atos e políticas públicas do Estado brasileiro, com foco na prevenção e na resolutividade de conflitos

Aumentar a proteção do patrimônio e a recuperação de recursos públicos

Processos de trabalho



Fortalecer o relacionamento e a comunicação com órgãos assessorados, Poder Judiciário, cidadãos e outros atores públicos e privados

Ampliar a capacidade de governança e gestão de riscos

Aprendizagem e crescimento sustentável



Construir um ambiente feliz para trabalhar

Promover a transformação digital inclusiva

Incorporar práticas sustentáveis na gestão de recursos



PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO DA AGU
2024-2027

AGU
ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO

Dessa forma, o PDLS se consolida como um instrumento de gestão dos recursos da AGU, orientando políticas e práticas que fortalecem a governança pública, ao estabelecer a sustentabilidade como um eixo transversal das atividades institucionais, assegurando que suas ações promovam objetivos econômicos, sociais e ambientais de maneira integrada e eficiente.



Diretrizes Estratégicas

Para fins de elaboração do PDLs, foi definido um conjunto de diretrizes estratégicas para orientar a gestão da logística e das contratações a serem realizadas, fundamentadas na Constituição Federal, na Lei de Licitações e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, assim como em normativos internos atinentes à temática, como o Mapa Estratégico 2024-2027, a Política de Sustentabilidade da Advocacia-Geral da União, a minuta de Política de Contratações e o Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria-Geral de Administração.

Tais diretrizes visam orientar as ações a serem desenvolvidas no âmbito do Plano, de forma a contribuir com o atingimento dos objetivos estratégicos definidos, por meio do desenvolvimento nacional sustentável, sendo elas, a saber:

1 Construir um ambiente feliz para trabalhar;

2 Promover a transformação digital inclusiva;

3 Incorporar práticas sustentáveis na gestão de recursos;

4 Ampilar a capacidade de governança e gestão de riscos;

5 Adequação do processo de tomada de decisão com práticas de racionalização e sustentabilidade;

6 Adesão a padrões nacionais e internacionais de sustentabilidade;

7 Incentivo ao comprometimento, ao desenvolvimento, à ordem e ao diálogo, preservando a saúde e a segurança dos servidores e membros;

8 Incentivo aos estudos de monitoramento e às ações sistemáticas de sensibilização, conscientização e capacitação de servidores, com foco na sustentabilidade;

9 Promoção de um ambiente de trabalho sustentável, lastreado no respeito, na ética, na diversidade, na transparência e no incentivo ao diálogo;

10 Respeito e fomento à diversidade e à inclusão;

11 Contratações alinhadas ao PCA, à modernização e à inovação;

12 Aprimoramento da interação com o mercado fornecedor;

13 Aprimoramento da profissionalização, por meio da gestão por competência e definição do perfil profissional;

Essas diretrizes norteiam as ações do PDLs e reforçam o papel estratégico da AGU na promoção de uma gestão pública eficiente, inovadora e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

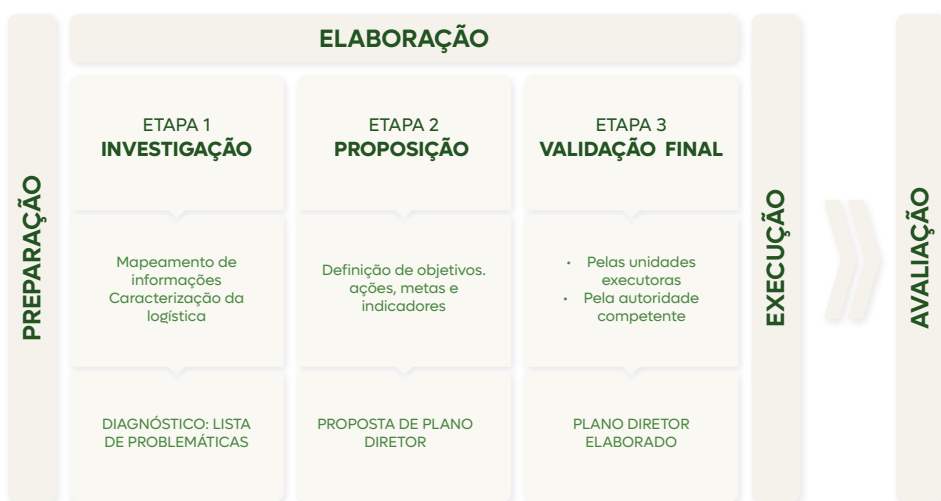


Metodologia de Elaboração

O Plano de Logística Sustentável é um instrumento de governança voltado à sustentabilidade, instituído e em execução na Advocacia-Geral da União desde 2015. Focando em 11 temas, o plano é desenvolvido pelas Superintendências de Administração nas 6 regiões administrativas, proporcionando expressivas economias de recursos financeiros e ambientais ao longo dos anos.

Esse instrumento foi responsável por fornecer dados relevantes para o desenvolvimento de diversos projetos inovadores e reconhecidos nacionalmente, tais como o transporte de membros e servidores por táxi, o fornecimento de energia por meio de sistemas de placas fotovoltaicas, a destinação de materiais recicláveis a cooperativas de catadores e iniciativas voltadas à qualidade de vida e inclusão social, premiadas em diversas ocasiões.

O processo de revisão do Plano de Logística Sustentável (PDLs) da AGU foi conduzido para se adequar aos termos da Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023. Esse processo foi estruturado com base no modelo de referência instituído pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conformetapas a abaixo:



Para a fase de elaboração, foi instituída uma equipe por meio da Portaria SGA/AGU nº 400, de 27 de março de 2023, composta por integrantes das 6 Superintendências de Administração e 4 Diretorias da Secretaria-Geral de Administração. A equipe contou também com a participação da Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade (CGIST/SGA), responsável pela coordenação dos trabalhos, e da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, Governança e Riscos (CGEST/SGA).

Nesta fase inicial, foram organizados e levantados os dados necessários para subsidiar a etapa de investigação. Esse trabalho incluiu o mapeamento das práticas logísticas vigentes, por meio do PLS em vigor, do Programa Instalações Eficientes e Sustentáveis (IES), do Plano de Contratações Anual e outros instrumentos de gestão disponíveis, como planejamentos estratégicos concluídos e o mapa de contribuição da SGA. Também foram identificados problemas e oportunidades e analisada a conformidade com normas e diretrizes aplicáveis. Esse diagnóstico proporcionou uma visão abrangente do estado atual da logística na AGU, estabelecendo as bases para as etapas seguintes.

Com base nesse diagnóstico, foram definidas as estratégias a serem adotadas, alinhadas aos eixos temáticos do modelo de referência da Secretaria de Gestão e Inovação. Esta fase incluiu a elaboração de um plano de metas e ações, detalhando responsáveis, prazos, recursos necessários e riscos associados. Foi o momento de alinhar a visão de futuro da AGU com os objetivos de modernização, sustentabilidade e eficiência administrativa.



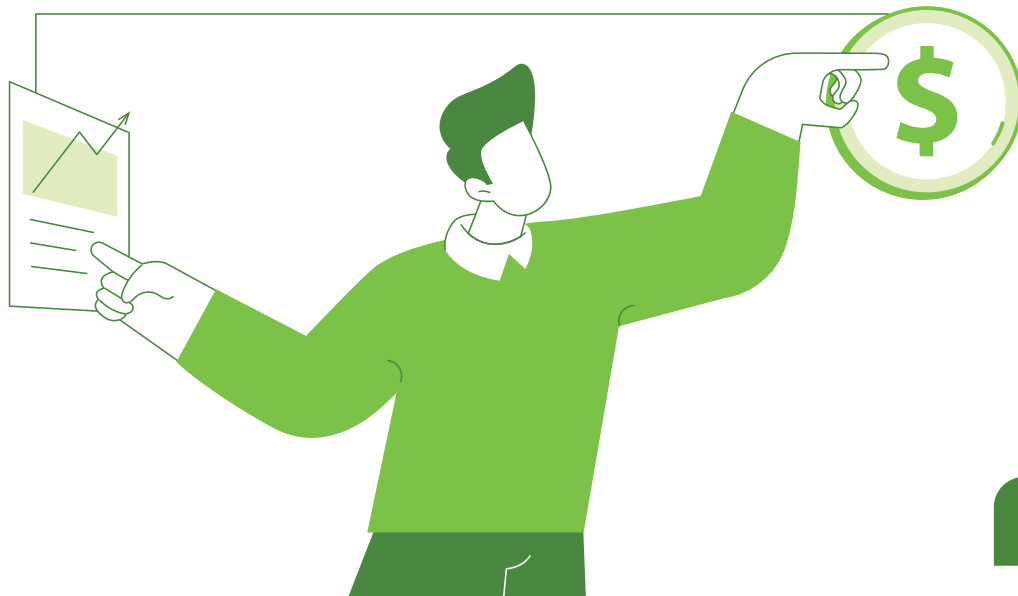


Metodologia de aferição dos custos indiretos

De acordo com o Comunicado SEGES Nº18/2024 publicado em 24/09/2024, os órgãos da administração pública federal estão dispensados de apresentar uma metodologia de aferição de custos indiretos, considerando fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto, mediante justificativa.

Dessa forma, nesta primeira versão, a AGU não apresentará uma Metodologia de Aferição de Custos Indiretos, levando em conta o grande volume de contratações realizadas ao longo do exercício e a falta de pessoal capacitado para definição de uma metodologia única. A capilaridade atual do órgão e a grande quantidade de compras descentralizadas dificultam uma gestão integrada e a definição de uma metodologia eficiente e unificada para aferição de custos indiretos.

Assim, o órgão aguardará a reformulação do Modelo Referencial que define a metodologia de realização do PLS (Portaria nº 8678/2021), visando à fixação de sua metodologia de aferição de custos indiretos.



Diagnóstico atual

O diagnóstico atual do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLs) da Advocacia-Geral da União (AGU) apresenta o resultado do mapeamento do estado da logística e das contratações da instituição. A análise identificou práticas existentes, os principais desafios e as oportunidades de aprimoramento, oferecendo uma visão abrangente das áreas que demandam maior atenção para a promoção da sustentabilidade.

Principais pontos de atenção identificados:

1. Consumo não racional de recursos ambientais e financeiros:

Apesar da longa tradição da AGU na temática da sustentabilidade, com uma extensa base de dados sobre o consumo de recursos naturais e financeiros em suas instalações, esse é um trabalho contínuo que deve ser monitorado e estimulado constantemente, visando a redução dos impactos gerados. Além disso, observa-se um avanço contínuo nas tecnologias e nas medidas para a redução do consumo, com espaço para a implementação de soluções inovadoras e melhorias nos índices de uso de recursos naturais.

2. Uso pouco eficiente dos espaços disponíveis:

Por meio do Programa Instalações Eficientes e Sustentáveis (IES), realiza-se anualmente o diagnóstico das condições físicas das unidades, os serviços prestados e o atendimento aos critérios de sustentabilidade e acessibilidade pré-definidos. Isso visa priorizar investimentos e reduzir custos operacionais. O compartilhamento de edificações, por meio do projeto de integração, a priorização de imóveis próprios e a locação de espaços com maior eficiência na gestão são prioridades na gestão de imóveis da AGU, contribuindo para uma melhor ocupação dos espaços disponíveis.



3. Desconhecimento sobre produtos e serviços mais sustentáveis e sua fiscalização:

A crescente exigência de licitações mais sustentáveis, com critérios robustos, demanda treinamento constante das equipes envolvidas. Este treinamento deve ocorrer tanto na fase de planejamento da contratação e seleção de fornecedores, quanto na fiscalização dos produtos e serviços entregues, garantindo segurança jurídica e técnica para que os investimentos realizados tragam os retornos esperados.

4. Desconhecimento sobre inovações possíveis e baixo número de soluções inovadoras implementadas:

Tem-se verificado um crescimento exponencial de tecnologias e soluções inovadoras na execução de serviços e fornecimento de bens. Torna-se necessário um diálogo constante com o mercado fornecedor para gerar conhecimento às equipes, permitindo que, na fase de planejamento das contratações, a melhor solução tecnicamente viável para o setor público seja conhecida e avaliada.

5. Baixo número de contratações e ações que contemplem negócios de impacto:

A sustentabilidade deve ser abordada em seus pilares fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável. Dentro dessa perspectiva, o PDLS identificou a importância de dar maior atenção à integração de negócios de impacto, aumentando o número de contratações de terceirizados com percentuais de pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de focar na melhoria das instalações físicas e sua acessibilidade. Destaca-se também a relevância de integrar iniciativas de qualidade de vida no trabalho às práticas sustentáveis, garantindo sua continuidade mesmo diante de limitações de pessoal ou recursos.

6. Baixa oferta de cursos e conscientização na temática de sustentabilidade:

Apesar do crescente engajamento dos servidores e da alta gestão na temática, com a publicação de uma política de sustentabilidade e a criação de um núcleo exclusivo para tratar do tema, é necessária uma constante sensibilização e capacitação dos envolvidos. Isso garante que as práticas não se tornem obsoletas e que os processos de trabalho estejam em constante evolução. Assim, a constante capacitação é um dos pilares principais do PDLS.

O diagnóstico atual reforça a importância de integrar de forma estratégica os princípios da sustentabilidade às práticas logísticas e contratuais da AGU. Ele servirá de base para a definição de metas, ações e indicadores no PDLS, promovendo uma gestão pública mais eficiente, inovadora e sustentável.

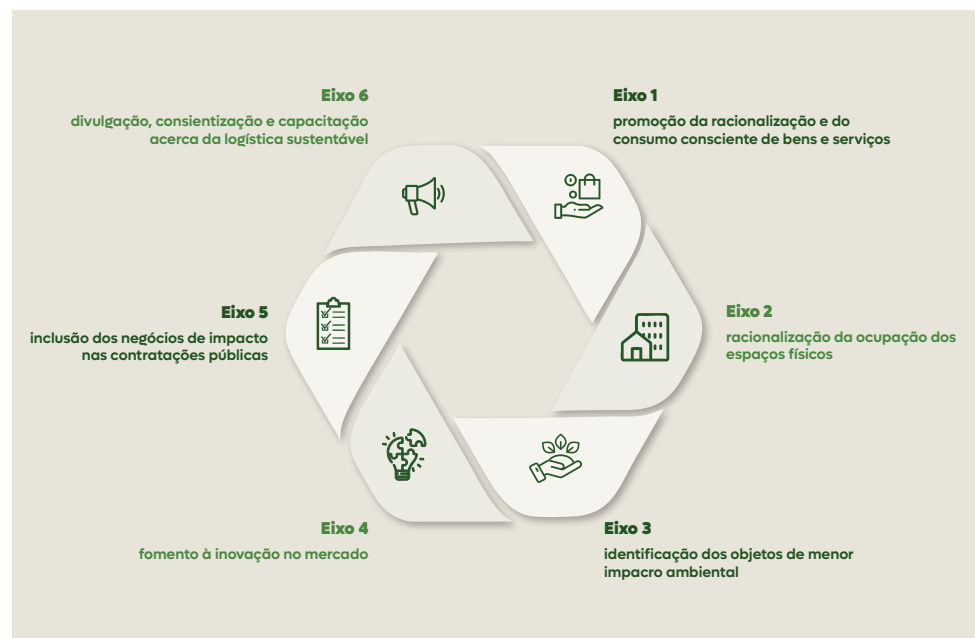




Plano de ações e metas por eixo temático

O Plano de Ação e Metas do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Advocacia-Geral da União (AGU) é fundamentado em seis eixos temáticos descritos no art. 8º da Portaria nº 8.678, de 2021.

O Plano define objetivos estratégicos e ações práticas que contribuem para a promoção da sustentabilidade nas práticas logísticas e contratuais, fortalecendo a governança, a eficiência e a transparência no uso de recursos públicos.



fonte: Plano diretor de logística sustentável SEGES /MGI, 2024

Estrutura do Plano de Ação

Para cada eixo temático, são contemplados os seguintes elementos:



Problemáticas: Cada eixo temático está vinculado a desafios específicos relacionados à gestão logística e às contratações públicas.



Objetivos Estratégicos: Alinhados às diretrizes do PDLS e às necessidades institucionais.



Indicadores: Para medir o desempenho e os resultados das ações, serão utilizados indicadores quantitativos e qualitativos.



Metas Quantitativas e Qualitativas: Mensuráveis, com prazos estabelecidos para sua realização.



Ações Específicas: Detalhamento das atividades necessárias para alcançar as metas.



Definição de Responsáveis: Indicação das unidades ou gestores responsáveis pela execução e monitoramento das ações.



Recursos Necessários: Estimativa dos recursos financeiros, humanos e tecnológicos requeridos.



Gestão de Riscos: Identificação de riscos potenciais e estratégias para mitigá-los.

Este modelo promove a integração entre as ações institucionais, assegurando a consistência entre os objetivos estratégicos e as práticas implementadas.

A estrutura clara e baseada em metas tangíveis está detalhada em documento anexo ao presente caderno.



Exemplo por Eixo Temático

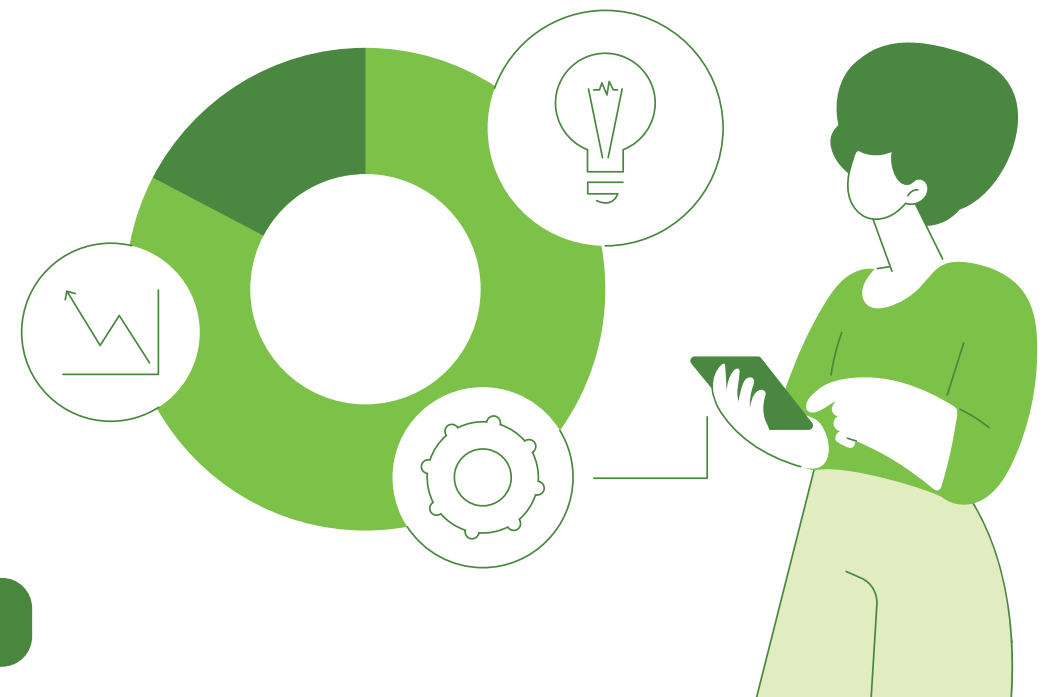
Eixo Temático: Racionalização e Consumo Consciente

- | | | |
|---|---|--|
| 1 Problemática: Uso excessivo de recursos, resultando em desperdícios financeiros e ambientais. | 2 Objetivo: Promover a eficiência no consumo de recursos naturais, como energia e água. | 3 Indicador: Consumo de energia elétrica |
| 4 Meta: Reduzir o consumo de energia elétrica em 10% até 2026. | 5 Ações: <ul style="list-style-type: none">• Implementar sensores de presença para iluminação em áreas comuns (prazo: até 2025).• Realizar campanhas de conscientização sobre o consumo consciente (prazo: anual). | 6 Responsáveis: CGIST/SADs. |
| 7 Recursos Necessários: Recursos financeiros para modernizar infraestrutura de energia. | 8 Riscos Envolvidos: Resistência dos usuários; limitações orçamentárias. | |

Monitoramento e Avaliação

Cada ação será monitorada periodicamente, utilizando indicadores previamente definidos. Relatórios permitirão a avaliação dos avanços, ajustes no planejamento e mitigação de riscos.

O plano de ação e metas por eixo temático organiza as iniciativas do PDLS de forma estruturada, garantindo que cada etapa contribua efetivamente para os objetivos institucionais e para a promoção da sustentabilidade na AGU.





Implementação, Monitoramento e Avaliação

A execução do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Advocacia-Geral da União (AGU) será conduzida de forma planejada, integrada e com base em instrumentos que garantam sua efetividade. O processo é dividido em três etapas principais: implementação, monitoramento e avaliação, assegurando o alcance dos objetivos e metas estabelecidos.

Implementação

A implementação será realizada em etapas sequenciais, com base no cronograma de ações definidas para cada eixo temático. Cada unidade ou setor responsável terá um plano detalhado de execução, incluindo:

- Atribuição de responsabilidades aos gestores e equipes envolvidas.
- Disponibilização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários.
- Integração com outras iniciativas institucionais para sinergia e otimização de esforços.

Monitoramento

O monitoramento contínuo será realizado para acompanhar a execução das ações e o progresso das metas. Esse processo será apoiado pelos seguintes instrumentos e ferramentas:

Sistema de Gestão de Sustentabilidade: ferramenta informatizada para registro e acompanhamento das ações e indicadores do PDLS.

Relatórios Periódicos: relatórios trimestrais ou semestrais que detalham o andamento

das iniciativas, os resultados alcançados e os desafios encontrados.

Indicadores de Desempenho: métricas previamente definidas para cada eixo temático, permitindo uma avaliação objetiva e mensurável do progresso.

Avaliação

A avaliação do PDLS será realizada de forma sistemática, com base nos dados coletados durante o monitoramento, visando medir o impacto das ações e identificar oportunidades de melhoria. Os principais elementos da avaliação incluem:

Acompanhamento de ações: verificação se as atividades previstas foram realizadas ao longo do período de execução do PDLS, atentando para prazos, impactos gerados, eventuais ajustes e contribuições para os objetivos, tendo em vista os indicadores do plano.

Revisões Anuais: análise dos resultados obtidos no período, com ajustes no plano de ação conforme necessário.

Revisão ao Final do Período de Vigência: avaliação abrangente do plano, com base em indicadores de desempenho e relatórios de execução, subsidiando o diagnóstico à elaboração da próxima edição do PDLS.

O ciclo contínuo de implementação, monitoramento e avaliação garante a adaptabilidade e a efetividade do PDLS, promovendo uma gestão pública sustentável, eficiente e alinhada aos objetivos estratégicos da AGU.

Essas quatro fases, integradas de forma coordenada, retratam o estado atual da logística da AGU e orientarão a instituição em direção à sua visão de futuro. Dessa forma, garante-se a implementação de estratégias alinhadas aos eixos temáticos, bem como o monitoramento e a avaliação contínuos, consolidando a eficiência e a sustentabilidade na gestão pública.





Conclusão

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) representa um marco estratégico na promoção de uma gestão pública mais eficiente, responsável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável. Ele reflete o compromisso da Advocacia-Geral da União (AGU) em integrar a sustentabilidade a todas as suas práticas logísticas e de contratações públicas, contribuindo para o desenvolvimento nacional sustentável, por meio da geração de impactos positivos nas dimensões econômica, social e ambiental.

A implementação efetiva do PDLS é essencial para que a AGU continue a liderar pelo exemplo, consolidando-se como uma instituição que valoriza a sustentabilidade, a inovação e a diversidade. Por meio de ações integradas e do engajamento de todas as áreas, o plano viabiliza o alcance das metas estabelecidas, que vão além de indicadores e números, trazendo benefícios concretos para a sociedade e o meio ambiente.

O sucesso, entretanto, depende diretamente da colaboração de gestores, servidores e colaboradores, bem como do compromisso contínuo em alinhar esforços para superar os desafios e potencializar os resultados. Cada ação prevista no plano é uma peça fundamental para a construção de um modelo institucional sustentável, que inspire e motive outras organizações públicas e privadas.

Ao consolidar o PDLS como um instrumento dinâmico e ajustável às demandas e transformações institucionais, a AGU reafirma sua missão de defender o interesse público com excelência, contribuindo para um futuro mais justo e sustentável.

Que este plano seja mais do que um guia técnico, mas também um catalisador de mudanças significativas e duradouras.

Base Jurídico-Normativa

1. Constituição Federal de 1988:

- Art. 225: Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo.

2. Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020-2031 (EFD):

- Item 4.3.4: Desafio de promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente (Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020).
- Item 2.3.2: Desafio de ampliar a competitividade do Brasil para se aproximar das economias desenvolvidas (Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020).

3. Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

4. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

- Art. 5º: Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.
- Art. 11, inciso IV: Objetivo do processo licitatório de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- Art. 25, § 9º, incisos I e II: Exigência de critérios sustentáveis no edital de licitação.
- Art. 26, inciso II: Requisitos sustentáveis nas contratações públicas, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Art. 45: Adequação das contratações às normas de acessibilidade e sustentabilidade.
- Art. 62, inciso IV: Sustentabilidade como critério de julgamento nas contratações.

5. Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023:



- Dispõe sobre medidas de sustentabilidade na Administração Pública federal.

6. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- Art. 7º, inciso XI, alíneas “a” e “b” c/c Lei nº 14.133, de 2021, art. 26, inciso II: Implementação de sistemas sustentáveis de gestão de resíduos sólidos.

7. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima:

- Art. 6º, inciso XII: Promoção de práticas sustentáveis de consumo e contratações.

8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência:

- Art. 57 c/c art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021: Garantia de acessibilidade nas contratações públicas.

- Art. 63: Critérios de acessibilidade em compras e serviços.

- Art. 68, § 1º: Implementação de políticas inclusivas e sustentáveis.

9. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 – Decreto de Governança:

- Art. 4º, inciso I: Estabelece práticas de governança e sustentabilidade na Administração Pública.

10. Decreto nº 11.646, de 12 de julho de 2023 – ENIMPACTO:

- Art. 4º, inciso II, alínea “d”: Incentivo a negócios de impacto socioambiental.

11. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 – Programa Coleta Seletiva Cidadã:

- Art. 40: Regulamenta a implementação de programas de coleta seletiva nos órgãos públicos.

12. Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 – Portaria de Governança:

- Regulamenta a governança das contratações públicas e institui o PLS como instrumento estratégico.

13. Planejamento Estratégico da AGU:

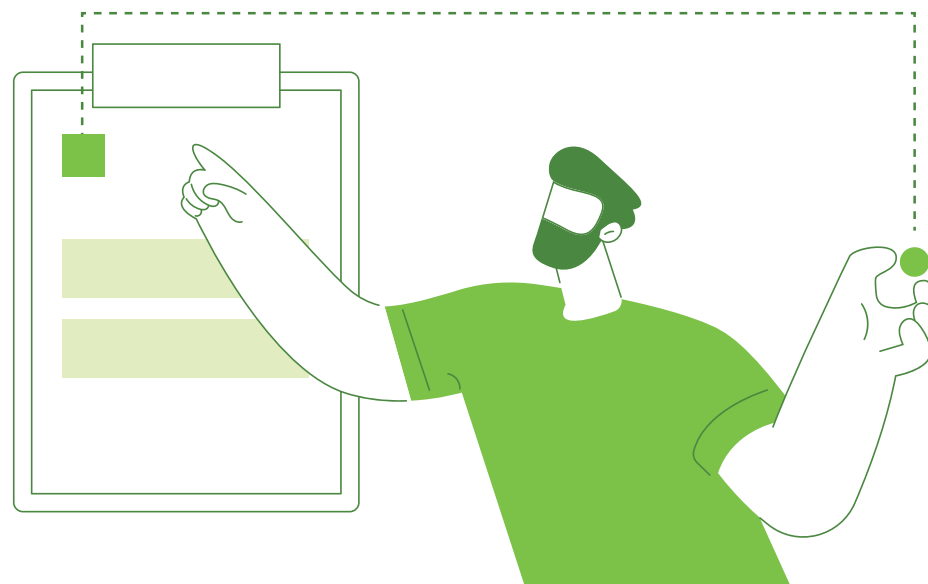
- Alinhamento com as diretrizes institucionais e metas estratégicas da Advocacia-Geral da União.

14. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA):

- Integração do PLS com o planejamento orçamentário governamental.

15. Plano de Logística Sustentável da AGU (PLS-AGU):

- Edição 2014: Documento inicial de referência para ações sustentáveis na AGU.



Visão Geral do Plano Diretor de Logística Sustentável da Advocacia-Geral da União





Eixos nº	Eixos - Novos PLS	Problemáticas		Objetivos		Indicadores			Meta	Responsável
		ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Unidade Medida	Fórmula	Descrição	
1	Racionalização e Consumo Consciente	P01	Consumo não racional de recursos ambientais e financeiros	OB01	Reduzir a emissão de CO2	Percentual da emissão de CO2 em relação ao ano anterior (gasolina/etanol/diesel)	%	$[(\text{Total de CO2 emitido no ano corrente} - \text{total de CO2 emitido no ano anterior}) / \text{total emitido no ano anterior}] \times 100$	Redução de 10%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
						Percentual de veículos com baixa emissão de carbono na frota	%	$\text{Percentual de veículos com baixa emissão de carbono} = (\text{Número de veículos com baixa emissão de carbono} / \text{Número total de veículos}) \times 100$	Acréscimo de 5%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
				OB02	Promover o consumo consciente de energia elétrica	Percentual de energia elétrica consumida (kwh) em relação ao ano anterior	%	$\text{Consumo de energia (kwh)} = (\text{Consumo atual} - \text{Consumo anterior} / \text{Consumo anterior}) \times 100$	Redução de 5%	
						Percentual de equipamentos com selo de eficiência energética	%	$\text{Percentual de equipamentos eficientes} = (\text{Número de equipamentos eficientes com selo} / \text{Número total de equipamentos da edificação}) \times 100$	Acréscimo de 3%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
						Percentual de Implementação de Medidas de Eficiência Energética	%	$\text{IIME (\%)} = (\text{Número de medidas implementadas} / \text{Número total de medidas planejadas}) \times 100$	5%	
					Promover o consumo consciente de energia elétrica	Percentual de energia proveniente de fontes renováveis	%	$\text{Percentual de energia renovável} = (\text{Energia renovável gerada/contratada (kwh)} / \text{Energia total consumida (kwh)}) \times 100$	Acréscimo de 5%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade



Eixos nº	Eixos - Novos PLS	Problemáticas		Objetivos		Indicadores			Meta	Responsável
		ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Unidade Medida	Fórmula	Descrição	
1	Racionalização e Consumo Consciente	P01	Consumo não racional de recursos ambientais e financeiros	OB03	Promover o consumo consciente de água	Percentual de água consumida (m3) em relação ao ano anterior	%	$\text{Consumo de água (m3)} = \frac{\text{Consumo atual} - \text{Consumo anterior}}{\text{Consumo anterior}} \times 100$	Redução de 5%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
						Percentual de unidades com dispositivos de uso eficiente de água	%	$\text{Percentual de unidades equipadas} = \frac{\text{Número de unidades com dispositivos eficientes}}{\text{Número total de unidades}} \times 100$	Acréscimo de 5%	
				OB04	Racionalizar a gestão de resíduos	«Percentual de prédios que adotam a Coleta Seletiva Cidadã, ou outro tipo de descarte de resíduos ambientalmente adequado	%	$\text{Percentual de prédios com coleta seletiva} = \frac{\text{Total de prédios que adotam a coleta seletiva cidadã ou outro sistema de descarte adequado}}{\text{total de prédios da AGU}} \times 100$	Aumentar em 5%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
						Percentual de prédios com pontos de entrega voluntária (PEV) de coleta seletiva	%	$\text{Percentual de prédios com PEVs} = \frac{\text{Número de prédios com PEVs}}{\text{Número total de prédios}} \times 100$	Acréscimo de 10%	
						Percentual de resíduos recicláveis destinados às cooperativas	%	$\text{Percentual de resíduos recicláveis} = \frac{\text{somatório em kg de papel, papelão, plástico, vidro, metal e etc}}{\text{Quantidade de material reciclável no ano corrente} - \text{Quantidade de material reciclável no ano anterior}} \times 100$	Acréscimo de 5%	Superintendências de Administração, Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade, Coordenação-Geral de Gestão Documental
				OB05	Promover o uso consciente do material permanente	Percentual de materiais permanentes adquiridos com critérios sustentáveis	%	$\text{Percentual de materiais sustentáveis} = \frac{\text{Número de itens de materiais permanentes adquiridos com critérios sustentáveis}}{\text{Total de materiais permanentes adquiridos}} \times 100$	Acréscimo de 3%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
				OB06	Promover o uso consciente do material de consumo	Percentual de impressão	%	$\text{Percentual de impressão por Unidade} = \frac{\text{páginas impressas no período atual}}{\text{páginas impressas no período anterior}} \times 100$	Redução de 10%	



Eixos nº	Eixos - Novos PLS	Problemáticas		Objetivos		Indicadores			Meta	Responsável
		ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Unidade Medida	Fórmula	Descrição	
1	Racionalização e Consumo Consciente	P01	Consumo não racional de recursos ambientais e financeiros	OB07	Promover a aquisição de materiais ambientalmente corretos para execução dos serviços	Percentual de materiais de escritório ambientalmente corretos adquiridos	%	Percentual de materiais de escritório ambientalmente corretos = (Quantidade de materiais de escritório ambientalmente corretos adquiridos/ Quantidade total de materiais de escritório contratados) x 100	Acréscimo de 5%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
						Percentual de redução de aquisição de materiais de consumo	%	Percentual de redução do quantitativo de itens adquiridos (%) = Quantidade de itens adquiridos anterior - Quantidade de itens adquiridos atual/ Quantidade anterior x 100	redução de 5%	
2	Racionalização da ocupação de espaços físicos	P02	Uso pouco eficiente dos espaços disponíveis.	OB08	Modernizar as estruturas físicas	Índice de ocupação ótima das instalações	m2/ pessoa	Média do (metro quadrado de área de escritório/Número de pessoas)		Superintendências de Administração, Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade e Coordenação-Geral de Planejamento Setorial
3	Identificação dos Objetos de Menor Impacto Ambiental	P03	Desconhecimento sobre produtos e serviços mais sustentáveis e sua fiscalização	OB09	Capacitar acerca de produtos e serviços mais sustentáveis	Quantidade total de capacitações oferecidas sobre produtos e serviços sustentáveis	Qtd	Quantidade total de capacitações = Número de Capacitações realizadas	2	Coordenação-Geral de Gestão Institucional e sustentabilidade
						Percentual de serviços do portfólio com caráter sustentável	%	Percentual de serviços com caráter sustentável = (Número de serviços sustentáveis/ Número total de serviços no portfólio) x 100	10%	



Eixos nº	Eixos - Novos PLS	Problemáticas		Objetivos		Indicadores			Meta	Responsável
		ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Unidade Medida	Fórmula	Descrição	
4	Fomento à Inovação no Mercado	P04	Desconhecimento sobre inovações possíveis	OB10	Promover capacitação sobre inovações	Quantidade de capacitações voltadas à inovação no mercado	Qtd	Número de eventos realizados = Total de eventos oferecidos sobre inovação no mercado	2	Coordenação-Geral de Gestão Institucional e sustentabilidade
		P05	Baixo número de soluções inovadoras implementadas	OB11	Fomentar a implementação de soluções inovadoras	Quantidade de soluções inovadoras voltadas à sustentabilidade implementadas em processos ou serviços da AGU	Qtd	Quantidade de soluções inovadoras implementadas = Número total de soluções implementadas	2	Superintendências de Administração, Diretoria de Logística e Gestão Documental e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
5	Negócios de Impacto nas Contratações	P06	Baixo número de contratações e ações que contemplem negócios de impacto	OB12	Fomentar as contratações e ações que contemplem negócios de impacto	Quantidade de postos de trabalho inclusivo criados	Qtd	Postos inclusivos criados = Total de postos contratados inclusivos	20	Superintendências de Administração e Diretoria de Logística e Gestão Documental
						Percentual de imóveis acessíveis na AGU	% (=SGA)	Percentual de imóveis acessíveis = Número de imóveis acessíveis / Número total de imóveis x 100	Acréscimo de 5%	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade
6	Divulgação, Conscientização e Capacitação	P07	Baixa oferta de cursos e conscientização na temática de sustentabilidade	OB13	Fomentar a capacitação e conscientização na temática da sustentabilidade	Percentual de capacitação da SGA	% (=SGA)	(Total de capacitados em no mínimo 40 horas dentro dos eixos do PDP por ano na SGA/ Total de força de trabalho da SGA X 100)	8,76%	Diretoria de Desenvolvimento Profissional
						Quantidade de eventos de sustentabilidade e socioculturais	Qtd	Quantidade de eventos no ano = Total de eventos realizados no ano	4	Coordenação-Geral de Gestão Institucional e sustentabilidade
						Quantidade de campanhas de sensibilização sobre sustentabilidade (calendário socioambiental)	Qtd	Quantidade de campanhas de sensibilização = Número total de campanhas realizadas	24	Superintendências de Administração e Coordenação-Geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade



**Contextualizando
os indicadores do
PDLS/AGU**



Eixo temático 1:

Racionalização e Consumo Consciente

1

Indicador: Percentual da Emissão de CO₂ em Relação ao Ano Anterior (Gasolina/Etanol/Diesel) Racionalização e Consumo Consciente

Descrição: Este indicador mede a variação percentual das emissões de CO₂ geradas pelo uso de gasolina, etanol e diesel, comparando o total de emissões de um ano com o ano anterior. Ele visa monitorar a evolução das emissões e identificar melhorias ou retrocessos na gestão da frota.

Fórmula: $(\text{Total de CO}_2 \text{ emitido no ano corrente} - \text{total de CO}_2 \text{ emitido no ano anterior}) / \text{total emitido no ano anterior} \times 100$

Unidade de Medida: % (percentual de variação das emissões de CO₂)

Ações possíveis: Implementar uma gestão sustentável da frota e racionalizar o uso de veículos para reduzir as emissões de CO₂. As principais ações incluem:

- **Substituição gradual da frota por veículos mais eficientes ou sustentáveis:** Priorizar a contratação de veículos híbridos, elétricos ou com motores que possuam maior eficiência energética, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis.
- **Otimização de rotas e compartilhamento de veículos:** Implementar um sistema de planejamento de rotas para otimizar os trajetos e reduzir o número de deslocamentos, promovendo o compartilhamento de veículos sempre que possível.
- **Capacitação para motoristas e usuários da frota:** Realizar treinamentos sobre práticas de condução econômica (ex.: evitar acelerações bruscas, desligar o motor em paradas longas), visando o consumo consciente de combustível.

Legenda: ■ Eixos temáticos
■ Indicadores

- **Monitoramento constante de consumo e emissões:** Utilizar ferramentas de monitoramento para registrar o consumo de combustível por veículo, com relatórios periódicos sobre as emissões de CO₂.
- **Incentivo ao uso de meios de transporte alternativos:** Sempre que possível, incentivar o uso de transporte público, bicicletas e caronas para deslocamentos curtos, reduzindo a necessidade do uso de veículos da frota.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Recursos para aquisição ou contratação de veículos com menor emissão, manutenção da frota e implementação de sistemas de monitoramento e software para controle de rotas e consumo.
- **Humanos:** Equipe de manutenção e gestão da frota.
- **Tecnológicos:** Sistema de rastreamento de veículos e controle de rotas, plataforma de monitoramento de consumo de combustível e cálculo de emissões de CO₂, dispositivos de monitoramento instalados na frota para coleta de dados de consumo.
- **Capacitação:** Programas de conscientização e treinamento para motoristas e usuários da frota, com foco na condução econômica e práticas sustentáveis.

Riscos Envolvidos

- **Custo elevado de aquisição de veículos sustentáveis:** A substituição da frota por veículos de baixa emissão pode exigir investimentos altos, especialmente para aquisição de veículos elétricos ou híbridos.



- **Resistência à adoção de novas práticas de condução e compartilhamento de veículos:** Mudanças na cultura de uso da frota, como compartilhamento de veículos e práticas de condução consciente, podem encontrar resistência entre os usuários.
- **Incertezas na oferta de infraestrutura para veículos sustentáveis:** Falta de infraestrutura adequada (como pontos de carregamento para veículos elétricos) pode limitar a viabilidade da substituição da frota.
- **Oscilações no preço de combustíveis e energia elétrica:** Variações nos preços podem impactar os custos e dificultar a previsão de orçamentos para a redução de emissões.

2

Indicador: Percentual de veículos com baixa emissão de carbono na frota

Descrição: Este indicador mede a proporção de veículos com baixa emissão de carbono (elétricos, híbridos ou com baixa emissão de CO₂) em relação ao total da frota da AGU.

Fórmula: Percentual de veículos com baixa emissão de carbono = (Número de veículos com baixa emissão de carbono / Número total de veículos) x 100

Unidade de Medida: % (percentual de veículos com baixa emissão de carbono)

Ações possíveis: Promover a substituição gradual da frota da AGU por veículos com baixa emissão de carbono. As ações principais incluem:

- **Planejamento de aquisição e renovação da frota com foco em sustentabilidade:** Priorizar a contratação de veículos elétricos, híbridos ou de baixa emissão sempre que for necessário expandir ou renovar a frota.
- **Parcerias para viabilizar infraestrutura de recarga e manutenção:** Estabelecer parcerias com fornecedores e operadoras de infraestrutura para instalar pontos de

recarga para veículos elétricos nas instalações da AGU.

- **Sensibilização sobre os benefícios de veículos de baixo carbono:** Realizar campanhas de conscientização para gestores e colaboradores sobre os benefícios ambientais, econômicos e operacionais do uso de veículos sustentáveis.
- **Monitoramento e acompanhamento das emissões de CO₂ da frota:** Implementar sistema de rastreamento de emissão para avaliar o impacto da inclusão de veículos de baixo carbono no perfil de emissões da frota.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Recursos orçamentários para cobrir a aquisição ou contratação de veículos com baixa emissão de carbono, que podem ter custo inicial mais alto. Investimento também necessário para a instalação de pontos de recarga e manutenção especializada.
- **Humanos:** Profissionais de logística e gestão de frota, além de colaboradores capacitados para a manutenção de veículos elétricos ou híbridos.
- **Tecnológicos:** Infraestrutura de carregamento (como estações de recarga) para veículos elétricos e software de monitoramento para acompanhar a proporção de veículos de baixo carbono e as emissões.
- **Capacitação:** Treinamento para motoristas e equipe de manutenção sobre o uso e cuidados específicos com veículos elétricos e híbridos.

Riscos Envolvidos

- **Custo inicial elevado:** Veículos elétricos e híbridos geralmente têm custo de aquisição mais alto do que veículos convencionais, o que pode impactar o orçamento.
- **Disponibilidade limitada de infraestrutura de recarga:** A falta de estações de recarga em locais estratégicos pode dificultar a operação e a eficiência de veículos elétricos, especialmente para viagens mais longas.



- **Resistência à mudança:** A adaptação à nova frota pode enfrentar resistência de motoristas e gestores acostumados a veículos convencionais, exigindo maior investimento em conscientização.
- **Flutuações nos custos de energia:** A variação nos preços de energia elétrica pode impactar os custos operacionais dos veículos elétricos, influenciando a viabilidade econômica da substituição.
- **Dependência de fornecedores para manutenção e peças específicas:** A manutenção de veículos de baixo carbono pode exigir fornecedores especializados, e a indisponibilidade de peças ou serviços pode atrasar reparos e aumentar custos.

3

Indicador: Percentual de Energia Elétrica Consumida (kwh) em Relação ao Ano Anterior

Descrição: Este indicador visa medir a variação no consumo de energia elétrica em relação ao ano anterior, buscando acompanhar o uso consciente e eficiente da energia nas unidades da AGU. Ele tem como objetivo avaliar o impacto das ações implementadas para promover o consumo responsável de energia e identificar se houve redução ou aumento no uso de eletricidade.

Fórmula: $\text{Consumo de energia} = (\text{Consumo atual} - \text{Consumo anterior} / \text{Consumo anterior}) \times 100$

Unidade de Medida: % (percentual de variação do consumo de energia)

Meta: Reduzir o consumo de energia elétrica em "X%".

Ações possíveis: Implementar práticas e tecnologias para promover o consumo consciente e eficiente de energia elétrica nas unidades da AGU. As ações incluem:

- **Instalação de dispositivos de automação e controle de energia:** Implementar sensores de presença em áreas de uso intermitente, como corredores e banheiros, e

temporizadores em equipamentos que possam ser desligados automaticamente fora do horário de expediente.

- **Substituição gradual por equipamentos mais eficientes:** Realizar a troca de lâmpadas convencionais por LED, instalar sistemas de climatização mais eficientes e modernizar outros equipamentos com modelos de menor consumo energético.
- **Sensibilização e treinamento para uso racional de energia:** Desenvolver campanhas de conscientização e capacitação para colaboradores, incentivando práticas de economia, como desligar luzes e aparelhos ao deixar salas desocupadas.
- **Monitoramento e auditorias periódicas de consumo de energia:** Implantar um sistema de monitoramento contínuo para identificar padrões de consumo e realizar auditorias energéticas periódicas para identificar oportunidades de economia.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Investimento para aquisição e instalação de equipamentos de controle de energia (sensores, temporizadores), além da modernização de sistemas e substituição de equipamentos por versões mais eficientes.
- **Humanos:** Equipe de manutenção para instalação e monitoramento dos dispositivos, além de profissionais para realizar análises de consumo.
- **Tecnológicos:** Ferramentas de monitoramento de consumo em tempo real, sensores de presença, temporizadores, sistemas de automação e software de análise energética.
- **Capacitação:** Programas de conscientização e treinamento contínuo para colaboradores sobre práticas de economia de energia e uso consciente.

Riscos Envolvidos

- **Dificuldade de adesão dos colaboradores:** A adoção de práticas de consumo consciente depende do engajamento dos funcionários, que podem resistir às mudanças no comportamento no uso de energia.



- **Falhas nos equipamentos de controle e automação:** Sensores, temporizadores e sistemas de automação podem apresentar falhas, impactando a eficácia das medidas de economia de energia.
- **Dependência de fornecedores para manutenção e suporte:** A indisponibilidade de serviços de manutenção para equipamentos de automação e controle pode comprometer o monitoramento do consumo.
- **Impacto de condições externas no consumo:** Variações sazonais, como períodos de calor extremo, podem influenciar o consumo de energia para climatização, dificultando a redução de consumo mesmo com as ações implementadas.

4

Indicador: Percentual de equipamentos com selo de eficiência energética

Descrição: Este indicador mede a proporção de equipamentos utilizados pela AGU que possuem selo de eficiência energética, como o selo Procel ou outros equivalentes. O objetivo é garantir que a maior parte dos equipamentos adquiridos e em uso seja energeticamente eficiente, promovendo a redução no consumo de energia e maior sustentabilidade nas operações. O selo de eficiência energética indica que o equipamento atende a critérios rigorosos de economia de energia, contribuindo para a racionalização de recursos ambientais e financeiros. Entre os equipamentos que devem ser observados para este indicador, destacam-se:

- Aparelhos de ar-condicionado;
- Geladeiras e frigobares;
- Bebedouros;
- Impressoras e multifuncionais;
- Monitores e computadores;
- Luminárias LED;
- Fornos e micro-ondas;
- Televisores.

Unidade de Medida: % (percentual de equipamentos eficientes)

Fórmula: Percentual de equipamentos eficientes = (Número de equipamentos eficientes (com selo) / Número total de equipamentos da edificação) x 100

Ações possíveis: Priorizar a utilização de equipamentos com selo de eficiência energética para promover economia de energia e sustentabilidade nas operações da AGU. As principais ações incluem:

- **Estabelecimento de diretrizes de compras sustentáveis:** Incluir obrigatoriamente, nas especificações dos processos de aquisição e/ou contratações, que os equipamentos possuam selo de eficiência energética, como o selo Procel ou equivalentes internacionais.
- **Substituição planejada de equipamentos ineficientes:** Substituir gradualmente os equipamentos existentes que não possuem certificação de eficiência energética por modelos certificados, de acordo com a vida útil e a viabilidade financeira.
- **Monitoramento contínuo do inventário de equipamentos:** Implementar um inventário detalhado que permita identificar e controlar a proporção de equipamentos com selo de eficiência energética.
- **Capacitação dos colaboradores:** Realizar campanhas internas para sensibilizar os colaboradores sobre a importância do uso adequado de equipamentos eficientes, otimizando seu desempenho e reduzindo o consumo de energia.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Orçamento adequado para cobrir os custos de aquisição/ contratação de equipamentos certificados, além de recursos para substituir gradualmente os equipamentos antigos.
- **Humanos:** Equipe de compras e gestão de contratos para implementar e fiscalizar critérios de eficiência nas aquisições, bem como equipes de manutenção para instalar e monitorar os novos equipamentos.
- **Tecnológicos:** Ferramentas de inventário e gestão de ativos que permitam rastrear a certificação de eficiência dos equipamentos, facilitando o controle e a análise de dados sobre o impacto no consumo energético.



Riscos Envolvidos

- **Custo inicial elevado dos equipamentos eficientes:** Equipamentos com certificação de eficiência energética podem ter um custo de aquisição maior, o que exige um planejamento orçamentário mais robusto.
- **Disponibilidade limitada de equipamentos certificados para certos usos:** Pode haver dificuldades em encontrar modelos certificados para todas as necessidades específicas, limitando a adoção completa de equipamentos eficientes.
- **Incompatibilidade com a infraestrutura existente:** Equipamentos modernos podem demandar ajustes na infraestrutura elétrica e de rede da AGU, o que pode aumentar o custo e a complexidade das adaptações.

5

Indicador: Percentual de Implementação de Medidas de Eficiência Energética

Descrição: Este indicador mede o percentual de medidas de eficiência energética implementadas em relação ao total de medidas planejadas. O objetivo é avaliar a efetividade da AGU na adoção de práticas e tecnologias que promovam o uso eficiente da energia nas suas instalações. Um índice elevado indica que a instituição está avançando em sua meta de implementar ações que resultem em uma utilização mais consciente e racional da energia, contribuindo para a sustentabilidade e redução de custos operacionais.

Fórmula: $IIME (\%) = (\text{Número de medidas implementadas}) / \text{Número total de medidas planejadas RedEE} \times 100$

Número de Medidas Implementadas: Total de medidas de eficiência energética efetivamente implementadas no período.

Número Total de Medidas Planejadas: Total de medidas de eficiência energética que estavam planejadas para serem implementadas no mesmo período.

Unidade de Medida: Percentual (%)

Ações possíveis:

- **Planejamento e execução de um plano de eficiência energética:** Elaborar um plano detalhado com as medidas a serem adotadas (como substituição de equipamentos, instalação de sensores, automação de iluminação, entre outras), priorizando a implementação de ações com maior potencial de economia.
- **Monitoramento da implementação de cada medida:** Acompanhar o progresso da implementação das medidas, registrando as etapas concluídas e os resultados alcançados para assegurar o cumprimento das metas.
- **Capacitação e conscientização:** Realizar treinamentos e campanhas de conscientização para que os colaboradores compreendam a importância das medidas de eficiência energética e adotem práticas que complementem essas ações, como o uso adequado de equipamentos.
- **Auditorias e ajustes periódicos:** Conduzir auditorias para avaliar a eficácia das medidas implementadas, ajustando o plano conforme necessário para atender aos objetivos de eficiência.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Recursos para aquisição de equipamentos e tecnologias voltadas à eficiência energética, orçamento para infraestrutura de automação (como sensores e temporizadores)
- **Humanos:** Equipe técnica para instalar, monitorar e avaliar as medidas de eficiência, além de gestores para coordenar o plano e especialistas para realizar auditorias e sugerir ajustes.
- **Tecnológicos:** Equipamentos de medição e controle de energia, sistemas de automação e softwares de monitoramento para registrar e analisar o impacto das medidas implementadas em termos de economia de energia.



Riscos Envolvidos

- **Custo elevado das tecnologias e adaptações necessárias:** Algumas medidas de eficiência energética podem demandar um investimento inicial elevado, o que pode comprometer a implementação completa das ações previstas.
- **Resistência dos colaboradores às novas práticas:** A adesão às medidas de eficiência energética depende de mudanças de comportamento, e nem todos os colaboradores podem adotar prontamente as práticas recomendadas.
- **Dificuldades técnicas na instalação e operação dos equipamentos:** Equipamentos e sistemas de automação podem exigir adaptações ou ajustes na infraestrutura existente, o que pode aumentar a complexidade e o custo.
- **Disponibilidade de fornecedores e suporte especializado:** A implementação e manutenção de algumas tecnologias de eficiência energética podem depender de fornecedores especializados, e a indisponibilidade ou o custo elevado de seus serviços pode impactar o progresso das ações.
- **Impacto de fatores externos no consumo de energia:** Fatores sazonais ou operacionais imprevistos (como variações climáticas intensas) podem aumentar o consumo de energia, dificultando a avaliação precisa do impacto das medidas implementadas.

6

Indicador: Percentual de energia proveniente de fontes renováveis

Descrição: Este indicador mede a proporção de energia elétrica proveniente de fontes renováveis (como solar, eólica ou biomassa) em relação ao total de energia consumida pela AGU. O objetivo é acompanhar e incentivar o uso de energia sustentável, promovendo a redução do impacto ambiental associado ao consumo energético.

Fórmula: Percentual de energia renovável = (Energia renovável contratada (kwh)/Energia total consumida (kwh)) x 100

Unidade de Medida: % (percentual de energia renovável)

Ações possíveis: Ampliar o uso de fontes de energia renovável nas instalações da AGU para reduzir o impacto ambiental e promover a sustentabilidade energética. As principais ações incluem:

- **Realizar estudos de viabilidade para instalação de sistemas de energia renovável:** Conduzir estudos técnicos para avaliar a viabilidade de instalar painéis solares ou outras tecnologias de energia renovável nas unidades da AGU.
- **Contratar fornecimento de energia renovável:** Priorizar a contratação de fornecedores de energia que ofereçam energia limpa e certificada (solar, eólica ou biomassa) para atender à demanda das unidades da AGU.
- **Monitoramento do consumo de energia renovável:** Implementar um sistema de monitoramento para acompanhar o percentual de energia renovável consumida e assegurar o cumprimento das metas.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Investimentos iniciais para a instalação de sistemas próprios de geração de energia renovável, como painéis solares, e recursos para contratação de fornecedores de energia limpa.
- **Humanos:** Equipe técnica para realizar a instalação e manutenção dos sistemas renováveis, além de gestores de contratos para selecionar fornecedores e negociar acordos de fornecimento sustentável.
- **Tecnológicos:** Equipamentos para geração de energia renovável (painéis solares, inversores, etc.) e sistemas de medição e monitoramento do consumo energético, que permitam verificar o percentual proveniente de fontes renováveis.

Riscos Envolvidos

- **Alto custo inicial de implementação:** A instalação de sistemas de energia renovável



pode exigir investimentos iniciais elevados, que podem impactar o orçamento disponível.

- **Dependência de fornecedores para energia renovável:** O fornecimento de energia renovável pode depender da disponibilidade de fornecedores confiáveis e da infraestrutura local, e nem todas as unidades da AGU podem ter acesso a opções de energia renovável.
- **Variações na geração de energia renovável:** A geração de energia de fontes renováveis, como solar, pode ser afetada por variações climáticas (ex. períodos de baixa incidência solar), o que pode reduzir a proporção de energia renovável consumida.
- **Necessidade de manutenção e atualizações dos equipamentos:** Sistemas próprios de geração de energia renovável exigem manutenção periódica, e falhas ou necessidade de reparos podem impactar a proporção de energia renovável disponível.
- **Regulamentações e subsídios governamentais:** Alterações na regulamentação ou na política de subsídios para energia renovável podem afetar o custo e a viabilidade da transição para fontes de energia sustentável.

7

Indicador: Percentual de Água Consumida (m3) em Relação ao Ano Anterior

Descrição: Este indicador mede a variação no consumo de água da AGU em relação ao ano anterior, com o objetivo de monitorar o uso consciente e eficiente desse recurso. A promoção do uso racional de água busca identificar oportunidades para otimizar o consumo, reduzir desperdícios e promover boas práticas de economia hídrica nas instalações da AGU. O acompanhamento desse indicador permite avaliar o impacto das ações implementadas para tornar o consumo de água mais sustentável ao longo do tempo.

Fórmula: $\text{Consumo de água} = \frac{\text{Consumo atual} - \text{Consumo anterior}}{\text{Consumo anterior}} \times 100$

Unidade de Medida: % (percentual de variação no consumo de água)

Ações possíveis: Promover práticas de uso racional da água nas instalações da AGU, com o objetivo de otimizar o consumo e reduzir desperdícios. As ações principais incluem:

- **Realizar campanhas de conscientização e capacitação:** Promover treinamentos e campanhas educativas para os colaboradores sobre a importância do uso racional da água e boas práticas para evitar o desperdício.
- **Instalar dispositivos de economia de água:** Adotar tecnologias como torneiras com temporizadores, sensores automáticos, arejadores e descargas de baixo fluxo em banheiros e áreas comuns.
- **Monitoramento contínuo do consumo de água:** Implementar um sistema de monitoramento para acompanhar o consumo mensal de água, permitindo a identificação de picos e anomalias que possam indicar desperdício ou vazamentos.
- **Inspeção e manutenção periódica:** Realizar inspeções regulares para identificar e corrigir vazamentos e problemas na infraestrutura hidráulica que possam resultar em desperdício de água.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Orçamento para a instalação de dispositivos economizadores, manutenção da infraestrutura hidráulica e contratação de sistemas de monitoramento de consumo de água.
- **Humanos:** Equipe de manutenção para instalação e monitoramento dos dispositivos de economia de água e para realizar as inspeções periódicas e reparos necessários.
- **Tecnológicos:** Dispositivos de economia de água (como torneiras com temporizadores e sensores), além de sistemas de monitoramento e medição de consumo em tempo real.

Riscos Envolvidos

- **Custo inicial de implementação dos dispositivos economizadores:** O custo de



instalação de dispositivos de economia de água pode ser elevado, o que pode dificultar a implementação em todos os locais.

- **Resistência dos colaboradores às novas práticas:** A adoção de práticas conscientes por parte dos colaboradores pode variar, o que impacta diretamente a efetividade das ações de economia de água.
- **Fatores externos que podem aumentar o consumo:** Mudanças sazonais (como períodos de calor intenso) podem aumentar a demanda por água, dificultando a comparação precisa com o ano anterior.
- **Manutenção e monitoramento contínuos:** A necessidade de inspeções e reparos frequentes pode sobrecarregar a equipe de manutenção e gerar custos adicionais.
- **Problemas de infraestrutura em prédios antigos:** Instalações hidráulicas mais antigas podem apresentar problemas estruturais que dificultam a implementação de dispositivos modernos e eficientes.

8

Indicador: Percentual de unidades com dispositivos de uso eficiente de água

Descrição: Este indicador mede o percentual de unidades que adotaram tecnologias ou dispositivos que promovem o uso eficiente de água, como torneiras com temporizador, sistemas de descarga com baixo consumo, ou dispositivos que reduzem desperdícios. A implantação desses dispositivos faz parte de uma estratégia de sustentabilidade para racionalizar o uso de recursos hídricos, reduzir custos operacionais e contribuir para a conservação ambiental.

Fórmula: Percentual de unidades equipadas = (Número de unidades com dispositivos eficientes / Número total de unidades) x 100

Unidade de Medida: % (percentual de unidades equipadas)

Ações possíveis:

- **Mapear e priorizar as unidades para instalação dos dispositivos:** Realizar um levantamento das unidades para identificar aquelas com maior necessidade de adequação (consumo de m³ x custo) e implementar os dispositivos em fases, priorizando locais com maior potencial de economia.
- **Instalar dispositivos de economia de água:** Equipar banheiros e áreas comuns com torneiras temporizadas, sistemas de descarga de baixo consumo, arejadores para reduzir o fluxo de água e sensores automáticos para controle de uso.
- **Conduzir campanhas de conscientização:** Implementar campanhas internas para orientar os colaboradores sobre a importância do uso consciente e o funcionamento adequado dos novos dispositivos, promovendo o envolvimento de todos na conservação de recursos hídricos.
- **Monitoramento e avaliação periódica:** Avaliar periodicamente o impacto dos dispositivos no consumo de água e realizar ajustes para otimizar o desempenho e garantir a continuidade dos resultados.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Investimento inicial para aquisição e instalação dos dispositivos economizadores de água e para manutenção contínua dos equipamentos instalados.
- **Humanos:** Equipe de manutenção para instalação e monitoramento dos dispositivos, além de pessoal especializado para a inspeção periódica das unidades e para realizar eventuais ajustes ou reparos.
- **Tecnológicos:** Dispositivos economizadores de água, como torneiras com temporizadores, descargas de baixo fluxo e sensores de movimento, além de sistemas de monitoramento para medir a redução no consumo.

Riscos Envolvidos

- **Custo elevado dos dispositivos economizadores:** O investimento necessário para a compra e instalação desses dispositivos pode ser elevado, especialmente se aplicados em várias unidades.



- **Dificuldades de adaptação em unidades antigas:** Prédios com infraestrutura hidráulica antiga podem ter limitações que dificultam a instalação de dispositivos modernos, aumentando o custo ou dificultando a viabilidade técnica.
- **Possíveis falhas técnicas nos dispositivos:** Dispositivos automáticos e sensores podem exigir manutenções frequentes ou estar sujeitos a falhas, o que compromete sua eficácia e pode gerar custos adicionais.
- **Resistência dos colaboradores:** Colaboradores podem precisar de um período de adaptação para utilizar corretamente os novos dispositivos, e a falta de conscientização pode reduzir a efetividade das ações.
- **Impactos de variáveis externas:** Alterações no consumo de água devido a eventos externos (como aumento de pessoal em uma unidade ou demandas sazonais) podem influenciar a avaliação do impacto dos dispositivos na economia de água.

9

Indicador: Percentual de prédios que adotam a Coleta Seletiva Cidadã ou outro tipo de descarte de resíduos ambientalmente adequado

Descrição: Este indicador mede o número de prédios da AGU que implementaram a Coleta Seletiva Cidadã em conformidade com o Decreto nº 10.936/2022, ou que adotam outro tipo de sistema de descarte de resíduos ambientalmente adequado.

Fórmula: Percentual de prédios com coleta seletiva = Total de prédios que adotam a coleta seletiva cidadã ou outro sistema de descarte adequado / total de prédios da AGU x 100.

Unidade de Medida: %

Ações possíveis: Expandir a Coleta Seletiva Cidadã e outras práticas de descarte ambientalmente adequado em todos os prédios da AGU, visando o cumprimento do Decreto nº 10.936/2022 e a promoção de uma gestão sustentável de resíduos. As principais etapas incluem:

- **Realizar um diagnóstico inicial das práticas de descarte de resíduos:** Levantar a situação atual do descarte de resíduos em cada unidade para identificar necessidades específicas e adaptar as práticas de coleta seletiva.
- **Instalar e sinalizar pontos de coleta seletiva:** Colocar lixeiras e pontos de descarte sinalizados para diferentes tipos de resíduos (papel, plástico, vidro, metal e orgânicos) nas áreas comuns de todos os prédios da AGU.
- **Estabelecer parcerias com cooperativas de reciclagem:** Conectar as unidades com cooperativas de reciclagem locais para garantir o recolhimento regular dos materiais recicláveis e promover a inclusão social dos catadores.
- **Desenvolver campanhas internas de conscientização:** Realizar campanhas de sensibilização sobre a importância da coleta seletiva e orientar os colaboradores quanto ao uso correto dos pontos de descarte.
- **Monitoramento e auditoria periódica:** Implementar um sistema de auditoria para monitorar a adesão à coleta seletiva e o destino adequado dos resíduos.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Investimentos para a aquisição de lixeiras de coleta seletiva, sinalização, e despesas com contratos de coleta e transporte dos resíduos. Recursos para campanhas de conscientização e treinamentos.
- **Humanos:** Equipe de limpeza e manutenção capacitados para manusear e destinar corretamente os resíduos. Equipes de monitoramento e controle para realizar auditorias e avaliações periódicas das práticas de descarte.
- **Logísticos:** Infraestrutura para coleta e armazenamento temporário de resíduos recicláveis, transporte para destinação correta, e sistemas para registrar e acompanhar os dados sobre o descarte de resíduos.



Riscos Envolvidos

- **Baixa adesão ou engajamento dos colaboradores:** A eficácia da coleta seletiva depende do engajamento de todos os colaboradores, e a falta de adesão pode comprometer o programa.
- **Limitações de infraestrutura em prédios antigos:** Prédios antigos podem carecer de espaço ou estrutura para acomodar pontos de coleta seletiva adequados.
- **Dificuldades em manter parcerias com cooperativas:** Pode haver dificuldades na continuidade de parcerias com cooperativas locais devido a variações de capacidade, disponibilidade ou logística, o que pode comprometer o destino correto dos resíduos.
- **Custos recorrentes com coleta e manutenção:** Os custos de manutenção dos pontos de coleta seletiva, além do recolhimento e transporte de resíduos, podem representar um desafio orçamentário a longo prazo.
- **Possíveis falhas no cumprimento do Decreto nº 10.936/2022:** Falhas na adoção integral das práticas recomendadas pela legislação podem gerar riscos de não conformidade e até sanções.

10

Indicador: Percentual de prédios com pontos de entrega voluntária (PEV) de coleta seletiva

Descrição: Este indicador avalia o percentual de prédios que possuem Pontos de Entrega Voluntária (PEV) destinados à coleta seletiva. A implementação desses pontos promove a segregação adequada de resíduos sólidos, contribuindo para o descarte correto de materiais recicláveis, como papel, plástico, vidro e metal, além de reforçar a responsabilidade socioambiental da instituição. A instalação dos PEVs é parte de uma estratégia para fortalecer a gestão de resíduos e ampliar a adesão às práticas de sustentabilidade nas unidades.

Fórmula: Percentual de prédios com PEVs = (Número de prédios com PEVs / Número total de prédios) x 100

Unidade de Medida: Percentual (%)

Ações possíveis: Ampliar os Pontos de Entrega Voluntária (PEV) para coleta seletiva nos prédios da AGU, promovendo um sistema eficiente e acessível de segregação de resíduos sólidos recicláveis. As etapas principais para essa ação incluem:

- **Realizar um levantamento inicial das necessidades e espaços disponíveis:** Analisar a infraestrutura de cada prédio para determinar a localização ideal dos PEVs, garantindo acessibilidade e visibilidade.
- **Adquirir e instalar PEVs para coleta seletiva:** Colocar PEVs sinalizados para tipos específicos de resíduos (papel, plástico, vidro e metal) em áreas comuns, de fácil acesso e com visibilidade para os colaboradores e visitantes.
- **Firmar parcerias com cooperativas e empresas de coleta de resíduos recicláveis:** Estabelecer parcerias com organizações que possam realizar a coleta e o processamento dos materiais recicláveis, garantindo um destino ambientalmente adequado aos resíduos.
- **Campanhas de conscientização:** Promover campanhas internas para informar os colaboradores sobre a importância do uso correto dos PEVs e da coleta seletiva, incentivando uma cultura de responsabilidade ambiental.
- **Monitoramento e avaliação de resultados:** Implementar um sistema de monitoramento para avaliar o uso dos PEVs e o impacto dessa prática na redução do descarte inadequado, além de propor melhorias contínuas.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Investimento inicial para a compra dos PEVs e sinalização, além dos custos com campanhas de conscientização. Recursos para firmar contratos com prestadores de serviço para a coleta dos resíduos.
- **Humanos:** Equipes de manutenção e limpeza capacitados para monitorar e garantir o uso correto dos PEVs, além de pessoal para desenvolver e implementar as campanhas de conscientização.



- **Logísticos:** Logística de coleta e transporte dos resíduos recicláveis para os centros de triagem e destinação, incluindo contratos/termos de cooperação com cooperativas ou empresas especializadas.

Riscos Envolvidos

- **Adesão limitada dos colaboradores:** Caso os colaboradores não utilizem os PEVs corretamente, a segregação adequada dos resíduos pode ser comprometida, reduzindo a eficácia da coleta seletiva.
- **Desafios logísticos em prédios antigos ou pequenos:** Em prédios com limitações de espaço ou infraestrutura, pode haver dificuldades na instalação de PEVs em áreas adequadas, dificultando a implementação uniforme, bem como pequena geração de resíduo.
- **Custos de manutenção e operação dos PEVs:** A manutenção e o esvaziamento frequente dos PEVs podem acarretar custos adicionais e demandar uma rotina operacional específica, aumentando a necessidade de controle e monitoramento.
- **Parcerias instáveis com cooperativas de reciclagem:** A dependência de cooperativas ou empresas terceirizadas pode ser um risco caso não haja continuidade ou confiabilidade nas coletas, o que comprometeria a destinação correta dos materiais recicláveis.
- **Possíveis falhas no descarte correto por desconhecimento:** A falta de familiaridade com os processos de coleta seletiva pode fazer com que colaboradores depositem materiais incorretos nos PEVs, o que pode prejudicar a separação dos resíduos e elevar os custos de triagem.

11

Indicador: Percentual de resíduos recicláveis destinados às cooperativas

Descrição: O indicador tem como objetivo acompanhar a evolução da destinação de resíduos recicláveis às cooperativas, comparando o volume (em kg) de materiais como papel, papelão, plástico, vidro e metal enviados no ano corrente em relação

ao ano anterior. A proposta é verificar se houve aumento ou redução na quantidade encaminhada corretamente, contribuindo para a inclusão socioeconômica de catadores e para a sustentabilidade institucional.

Fórmula: Percentual de resíduos recicláveis (somatório em kg de papel, papelão, plástico, vidro e metal) = $\frac{\text{Quantidade de material reciclável no ano corrente} - \text{Quantidade de material reciclável no ano anterior}}{\text{Quantidade de material reciclável no ano anterior}} \times 100$.

Onde: Quantidade de material reciclável = soma (em kg) de papel, papelão, plástico, vidro e metal destinados às cooperativas.

Unidade de Medida: % (percentual de resíduos reciclados)

Ações possíveis:

- **Estabelecer a coleta seletiva eficiente em todos os prédios:** Instalar pontos de coleta seletiva (PEVs) adequados para separar resíduos recicláveis, como papel, plástico, vidro, metal e orgânicos, em todas as unidades da AGU.
- **Firmar parcerias com cooperativas e empresas de reciclagem:** Garantir parcerias com cooperativas de catadores ou empresas especializadas em gestão de resíduos para o transporte e processamento adequado dos materiais recicláveis.
- **Promover campanhas de conscientização interna:** Realizar campanhas educativas contínuas para sensibilizar os colaboradores sobre a importância de separar corretamente os resíduos e adotar práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.
- **Monitorar e registrar os resíduos recicláveis:** Implementar um sistema de monitoramento para registrar a quantidade de resíduos recicláveis gerados e destinados à reciclagem, realizando auditorias periódicas para assegurar a qualidade da separação.
- **Avaliar a performance da reciclagem:** Mensurar e comparar periodicamente os resultados de reciclagem com metas estabelecidas, ajustando as práticas conforme necessário para aumentar a eficiência do processo.



Recursos Necessários

- **Financeiros:** Investimentos para aquisição de lixeiras e PEVs, bem como para campanhas de conscientização e treinamento. Custos com contratos de coleta e transporte de resíduos recicláveis.
- **Humanos:** Pessoal para a coleta interna de resíduos e manutenção dos pontos de coleta seletiva, além de equipes responsáveis pela auditoria e acompanhamento do processo de reciclagem.
- **Logísticos:** Estrutura de transporte e armazenamento temporário para garantir que os resíduos recicláveis sejam adequadamente segregados e encaminhados para reciclagem, conforme as normas.

Riscos Envolvidos

- **Baixa adesão e incorreta separação dos resíduos:** Se os colaboradores não seguirem adequadamente as orientações de coleta seletiva, a separação dos resíduos pode ser prejudicada, dificultando o processo de reciclagem.
- **Falta de infraestrutura adequada em alguns prédios:** Prédios com espaço limitado podem enfrentar dificuldades para implementar pontos de coleta seletiva, o que pode comprometer a efetividade da separação de resíduos.
- **Custos de manutenção e coleta regular:** A manutenção dos PEVs, bem como a contratação de empresas ou cooperativas para a coleta e destinação de resíduos recicláveis, pode gerar custos recorrentes.
- **Problemas com a destinação dos resíduos recicláveis:** Caso as cooperativas ou empresas contratadas não realizem a coleta ou destinação adequada, os resíduos recicláveis podem ser desviados para aterros ou incineração, comprometendo os resultados da reciclagem.
- **Desinformação ou resistência interna:** A falta de engajamento ou conhecimento por parte dos colaboradores pode dificultar a implementação eficiente da separação de resíduos, afetando a quantidade de material reciclado.

12

Indicador: Percentual de impressão

Descrição: Este indicador mede a variação do volume de impressões realizadas em cada unidade da AGU localizada em um mesmo prédio, em comparação com o volume do ano anterior. O objetivo é monitorar e reduzir o consumo de papel de forma descentralizada (por unidade) e mais precisa, promovendo práticas sustentáveis como a digitalização de documentos, o uso consciente de recursos e a adoção de soluções tecnológicas que minimizem a necessidade de impressão.

Fórmula (por unidade no prédio): Percentual de Impressão por Unidade = $\frac{\text{Páginas impressas no período atual pela unidade} - \text{Páginas impressas no período anterior pela unidade}}{\text{Páginas impressas no período anterior pela unidade}} \times 100$.

Unidade de medida: Percentual (%)

Periodicidade: Anual (com possibilidade de acompanhamento trimestral para ajustes e intervenções preventivas).

Meta:

Redução progressiva do percentual de impressões em relação ao ano anterior para cada unidade localizada no mesmo prédio.

Ações Possíveis:

- Divulgação e implementação efetiva da Política de Impressões da AGU em todas as unidades;
- Campanhas internas de conscientização sobre o uso responsável de impressoras e o impacto ambiental do consumo excessivo de papel;
- Estímulo ao uso de assinaturas digitais e documentos eletrônicos, reduzindo a necessidade de impressão física;



- Configuração padrão dos equipamentos para impressão frente e verso (duplex) e em preto e branco;
- Monitoramento individualizado do volume de impressões por unidade, com feedback periódico aos responsáveis;
- Integração com políticas de transformação digital e modernização de fluxos administrativos.

Recursos Necessários

- Sistemas de gerenciamento de impressão capazes de monitorar por unidade dentro de cada prédio;
- Capacitação dos servidores para uso de tecnologias digitais e práticas de redução de impressão;
- Materiais de comunicação interna (cartazes, newsletters, e-mails) para divulgar metas, resultados e boas práticas.

Riscos Envolvidos:

- Resistência de servidores à mudança de hábitos e digitalização de documentos;
- Necessidade de investimentos iniciais em tecnologia e infraestrutura;
- Dificuldades operacionais em processos que ainda exigem trâmites com papel.

13

Indicador: Percentual de materiais permanentes adquiridos com critérios sustentáveis

Descrição: O indicador objetiva medir a proporção de materiais permanentes comprados pela instituição que atendem a critérios sustentáveis, em relação ao total de materiais adquiridos. Este indicador reflete o compromisso com práticas de consumo consciente e contribui para a redução dos impactos ambientais associados às aquisições.

Obs.: Para fins do indicador, serão considerados materiais “sustentáveis” aqueles que possuem características como durabilidade, reciclabilidade, composição de materiais reciclados, eficiência energética ou certificações ambientais reconhecidas (ex.: FSC, selo Procel, entre outros).

Fórmula: Percentual de materiais sustentáveis = (Número de itens de materiais permanentes adquiridos com critérios sustentáveis / Total de materiais permanentes adquiridos) x 100.

Unidade de medida: % (percentual de materiais adquiridos com critérios sustentáveis)
Periodicidade: Anual (com possibilidade de acompanhamento trimestral para ajustes e intervenções preventivas)

Ações Possíveis:

Priorizar aquisições de materiais permanentes que atendam a critérios de sustentabilidade, como materiais reciclados e/ou com menor impacto ambiental/social.

Recursos Necessários

- Financeiros: Investimento adicional para cobrir potenciais diferenças de custo entre materiais comuns e materiais sustentáveis, caso os valores sejam mais altos.
- Humanos: Equipe de planejamento da contratação, licitação e fiscalização capazes de especificar os itens com critérios e fiscalizar a sua veracidade



- Capacitação: Treinamento para os responsáveis pelo processo de compras, visando sensibilização e orientação sobre as práticas de aquisição sustentável.

Riscos Envolvidos:

- Custo elevado dos materiais sustentáveis: Possível impacto orçamentário caso os materiais sustentáveis tenham um custo mais elevado em relação a alternativas convencionais.
- Disponibilidade no mercado: Risco de baixa disponibilidade de fornecedores ou produtos que atendam aos critérios sustentáveis no mercado local, limitando as opções.
- Desconhecimento sobre critérios sustentáveis: Falta de conhecimento ou clareza sobre quais materiais e fornecedores cumprem rigorosamente os critérios de sustentabilidade.



14

Indicador: Percentual de materiais de escritório ambientalmente corretos adquiridos

Descrição: Este indicador mede a proporção de materiais de escritório adquiridos pela AGU (principalmente via almoxarifado virtual) que são considerados ambientalmente corretos em relação ao total de materiais comprados. O objetivo é incentivar a compra de insumos que causem menos impacto ao meio ambiente, promovendo práticas de consumo consciente e responsável, alinhadas com os princípios da sustentabilidade. A promoção de materiais ambientalmente corretos ajuda a reduzir o uso de recursos naturais, minimizar a geração de resíduos e diminuir a pegada de carbono nos processos da AGU.

Obs.: Para fins do indicador, os materiais de consumo ambientalmente corretos adquiridos podem incluir uma variedade de insumos e produtos que atendem a critérios de sustentabilidade e minimizam o impacto ambiental. Aqui estão alguns exemplos:

1. **Papéis Recicladoss:** Papel feito a partir de fibras recicladas, que reduz a necessidade de celulose nova e diminui o desperdício.
2. **Materiais de Escritório Sustentáveis:** Canetas, lápis, cadernos e outros itens feitos com materiais reciclados ou que utilizam processos de produção ambientalmente amigáveis.

Fórmula: Percentual de materiais de escritório ambientalmente corretos = (Quantidade de materiais ambientalmente corretos adquiridos / Quantidade total de materiais de escritório contratados) x 100

Unidade de medida: %

Ações possíveis:

- **Elaborar critérios de compra sustentável:** Definir critérios claros e objetivos para a aquisição de materiais ambientalmente corretos, como a preferência por produtos recicláveis, biodegradáveis, com baixo impacto de carbono e de origem sustentável.



- **Treinamento e capacitação:** Promover treinamentos e capacitações para a equipe responsável pelas aquisições, garantindo que estejam cientes dos critérios e saibam como aplicá-los nas compras.
- **Estabelecer parcerias com fornecedores sustentáveis:** Buscar e firmar parcerias com fornecedores que atendam a padrões ambientais, preferencialmente certificando-se de que os materiais possuem selos ecológicos ou certificações reconhecidas.
- **Monitoramento e controle das compras:** Acompanhar regularmente o percentual de materiais ambientalmente corretos adquiridos, garantindo que as metas sejam cumpridas. Isso inclui a coleta de dados sobre os produtos adquiridos e sua conformidade com as diretrizes sustentáveis.
- **Divulgação dos resultados:** Tornar público o sucesso da implementação dessa ação por meio de relatórios ou campanhas internas, demonstrando o compromisso da AGU com a sustentabilidade e estimulando os servidores a adotarem práticas similares.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Recursos para a pesquisa de fornecedores e produtos sustentáveis, custos de capacitação e treinamento dos colaboradores envolvidos, além da possível diferenciação de preço entre materiais convencionais e ambientalmente corretos.
- **Humanos:** Equipe de planejamento das contratações, licitação e fiscalização de contratos para ajudar a definir e monitorar os critérios.
- **Tecnológicos:** Sistemas de compras e controle que permitam identificar e registrar os materiais adquiridos conforme os critérios ambientais. Plataformas para treinamento e acompanhamento das metas.
- **Capacitação:** Capacitação dos atores envolvidos para definição de critérios ambientais corretos nas aquisições

Riscos Envolvidos

- **Maior custo de aquisição:** Materiais ambientalmente corretos podem ter um custo inicial mais alto do que os convencionais, o que pode representar um desafio financeiro se não houver um orçamento adequado ou justificativas claras sobre os benefícios a longo prazo.
- **Dificuldade de encontrar fornecedores:** A limitação de fornecedores que atendam aos critérios de sustentabilidade pode dificultar a implementação da ação ou aumentar o custo das aquisições.
- **Resistência a mudanças nos processos de compra:** Alguns setores podem ser resistentes à mudança, especialmente se houver uma percepção de que a compra de materiais sustentáveis é mais onerosa ou burocrática.
- **Falta de monitoramento eficaz:** A ausência de um sistema adequado de monitoramento e controle pode levar à dificuldade em medir a efetividade da ação ou em garantir que as compras atendam aos critérios ambientais.
- **Desconhecimento dos critérios de sustentabilidade:** Se os envolvidos nas aquisições não estiverem adequadamente capacitados, podem acabar adquirindo materiais que não atendem aos critérios estabelecidos, comprometendo os resultados da ação.
- **Incerteza quanto à durabilidade dos materiais sustentáveis:** Materiais ambientalmente corretos podem ter uma durabilidade menor, o que pode gerar custos adicionais a longo prazo, ou se os materiais não forem bem avaliados antes da compra, isso pode resultar em impactos negativos na operação.



15

Indicador: Percentual de redução com Aquisição de Materiais de Consumo

Descrição: Este indicador mede a porcentagem de redução na aquisição de materiais de consumo, em comparação ao custo total do período anterior. O objetivo é avaliar a eficácia das estratégias implementadas para promover a compra de materiais ambientalmente corretos e mais econômicos, além de incentivar a racionalização do uso de recursos. A redução de aquisição não apenas contribui para a economia financeira, mas também minimiza os impactos ambientais associados ao consumo excessivo.

Fórmula: Percentual de materiais ambientalmente corretos = (Quantidade de materiais ambientalmente corretos adquiridos / Quantidade total de materiais contratados) x 100

Unidade de Medida: Percentual (%)

Ação:

- **Identificação de materiais mais econômicos e sustentáveis:** Realizar um levantamento dos materiais de consumo mais utilizados, buscando alternativas mais baratas e ambientalmente corretas, como produtos reciclados, biodegradáveis ou com menor impacto no meio ambiente.
- **Negociação com fornecedores:** Buscar negociar com fornecedores a compra de materiais sustentáveis a preços mais competitivos, estabelecendo parcerias de longo prazo para garantir um custo mais baixo e fornecimento contínuo de insumos.
- **Promoção da racionalização do uso:** Implementar práticas de consumo responsável, como a redução do desperdício de papel e produtos de limpeza, incentivar a utilização de materiais reutilizáveis e promover o controle de estoques para evitar excessos.
- **Capacitação dos servidores:** Realizar treinamentos e campanhas de conscientização sobre o uso consciente e a economia de materiais, para garantir que

todos os colaboradores compreendam os benefícios de consumir de forma mais eficiente.

- **Avaliação de impacto ambiental e financeiro:** Avaliar os resultados das ações em termos de economia financeira e redução do impacto ambiental.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Orçamento destinado à pesquisa de materiais de consumo mais baratos e sustentáveis, bem como os custos envolvidos na implementação de campanhas de conscientização e treinamento.
- **Humanos:** Equipe de compras, setor de sustentabilidade e responsáveis pela gestão de materiais de consumo, além de especialistas para conduzir negociações com fornecedores e promover campanhas internas de conscientização.
- **Capacitação:** Conscientização dos colaboradores sobre o uso racional dos recursos.

Riscos Envolvidos

- **Resistência à mudança de hábitos de consumo:** Mudanças no comportamento dos servidores, como a adoção de práticas de consumo mais consciente, podem ser difíceis de implementar sem uma sensibilização adequada e engajamento por parte dos colaboradores.
- **Incerteza quanto à durabilidade de produtos mais econômicos e sustentáveis:** Alguns materiais mais baratos ou sustentáveis podem ter menor durabilidade, o que pode, eventualmente, gerar custos adicionais com reposição.
- **Desafios no monitoramento de consumo e custos:** A falta de um sistema de monitoramento eficiente pode dificultar a avaliação precisa da redução de custos, prejudicando o acompanhamento do indicador e a tomada de decisões.
- **Potencial impacto nas operações:** Mudanças nas práticas de compra e uso de materiais podem afetar a eficiência operacional, especialmente se os materiais alternativos não forem adequados para todas as necessidades da instituição.



Eixo temático 2:

Racionalização da ocupação de espaços físicos

16

Indicador: Índice de Ocupação
Ótima das Instalações

Descrição: Este indicador mede a eficiência da ocupação dos espaços disponíveis nas instalações da AGU, avaliando se os ambientes estão sendo utilizados de forma adequada e maximizada. Um índice menor ou igual a 9, indica que as instalações estão sendo utilizadas de maneira eficiente, contribuindo para a racionalização de recursos e a redução de custos operacionais. O objetivo é garantir que as áreas disponíveis sejam aproveitadas ao máximo, minimizando a ociosidade e promovendo um ambiente de trabalho mais funcional.

Fórmula: média do (metro quadrado de área de escritório/ Número de pessoas)

Onde:

Área de escritório são aquelas destinadas ao trabalho de servidores, empregados, colaboradores, estagiários e terceirizados, que reúnem as áreas para o trabalho individual e coletivo, necessárias ao desempenho das atividades administrativas às quais se destina o imóvel.

Serão considerados 50% do número de pessoas em regime de teletrabalho e semipresencial.

Área de escritório ideal AGU ≤ 9 m² por pessoa

Unidade de Medida: m²/pessoa

Legenda:

■ Eixos temáticos
■ Indicadores

Ações possíveis:

- **Análise da ocupação atual:** Realizar um levantamento detalhado da ocupação atual das instalações da AGU, identificando áreas subutilizadas e sobrecarregadas, além de entender as necessidades de cada unidade quanto ao espaço disponível.
- **Planejamento de otimização de espaço:** Desenvolver um plano de otimização do uso dos espaços, incluindo a realocação de setores, a redução de áreas ociosas, e a implementação de práticas de compartilhamento de espaços.
- **Adequação das instalações ao novo formato de trabalho:** Levar em conta o aumento do trabalho remoto ou híbrido ao planejar a utilização dos espaços, criando ambientes flexíveis que possam ser adaptados a diferentes necessidades.
- **Promoção da comunicação interna sobre o uso racional dos espaços:** Implementar campanhas internas para sensibilizar os colaboradores sobre a importância da otimização do uso dos espaços, incentivando a colaboração e a utilização compartilhada de áreas comuns.
- **Revisão periódica da ocupação:** Realizar uma revisão anual ou semestral da ocupação das instalações, ajustando o planejamento conforme mudanças nas necessidades da instituição, como crescimento de equipes ou novos requisitos de trabalho.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Orçamento para a implementação de melhorias nas instalações, e possíveis ajustes nas estruturas físicas (movimentação de paredes, adequação de mobiliário, etc.).
- **Humanos:** Equipe de gestão de infraestrutura.
- **Materiais:** Equipamentos de escritório e mobiliário adequados, como mesas multifuncionais, cadeiras ergonômicas e soluções de armazenamento modular, que maximizem o uso eficiente dos espaços.



Legenda: ■ Eixos temáticos
■ Indicadores

Riscos Envolvidos

- **Resistência a mudanças culturais e organizacionais:** Mudanças no uso dos espaços podem ser mal recebidas pelos servidores, especialmente se envolverem a redefinição de áreas de trabalho
- **Investimentos iniciais elevados:** A adaptação das instalações para otimizar o uso do espaço pode exigir investimentos consideráveis, como reformas ou aquisição de novos mobiliários e tecnologias, o que pode ser desafiador em um cenário de orçamento restrito.
- **Dificuldade em ajustar a utilização do espaço a mudanças rápidas:** Caso haja mudanças rápidas na estrutura da AGU, como um aumento significativo de funcionários ou a adoção de novas tecnologias de trabalho, pode ser difícil adaptar as instalações rapidamente para atender a novas demandas.
- **Risco de subutilização após mudanças:** Existe o risco de as modificações realizadas para otimizar o espaço resultarem em áreas que, apesar de bem planejadas, ainda permaneçam subutilizadas devido a fatores imprevistos, como mudanças nas equipes ou nas atividades realizadas.
- **Impactos negativos no ambiente de trabalho:** A otimização do espaço, se mal executada, pode afetar o conforto e a produtividade dos colaboradores, especialmente se o novo layout não atender adequadamente às necessidades de interação ou ao bem-estar.

Eixo temático 3:

Identificação dos Objetos de menor impacto ambiental

17

Indicador: Quantidade total de capacitações oferecidas sobre produtos e serviços sustentáveis

Descrição: Este indicador mede o total de capacitações realizadas, focadas em produtos e serviços sustentáveis, promovendo a conscientização e capacitação dos servidores.

Fórmula: Quantidade total de capacitações = Número de capacitações realizadas

Unidade de medida: Número de capacitações

Unidade de medida: % (percentual de adoção)

Ações possíveis:

- **Levantamento de necessidades de capacitação:** Identificar as áreas e os públicos-alvo dentro da AGU que necessitam de conhecimento específico sobre produtos e serviços sustentáveis, como setores de compras, logística, gestão de resíduos e gestão ambiental.
- **Desenvolvimento de conteúdo e materiais didáticos:** Criar conteúdo educacional e materiais de apoio sobre produtos e serviços sustentáveis, considerando os aspectos técnicos, benefícios ambientais e sociais, e como incorporar esses conceitos no cotidiano da AGU.
- **Organização de eventos de capacitação:** Planejar e organizar eventos de capacitação, como workshops, webinars, treinamentos presenciais ou online, que abordem



temas relacionados a produtos sustentáveis, eficiência no consumo de recursos e boas práticas ambientais.

- **Parcerias com especialistas e organizações externas:** Firmar parcerias com especialistas em sustentabilidade, ONGs, universidades ou empresas especializadas que possam contribuir para a capacitação de servidores, oferecendo cursos ou palestras.
- **Promoção da capacitação contínua:** Criar um calendário anual de treinamentos, garantindo que os temas relacionados à sustentabilidade sejam abordados periodicamente e com enfoque contínuo, para reforçar a importância da sustentabilidade nas operações da AGU.

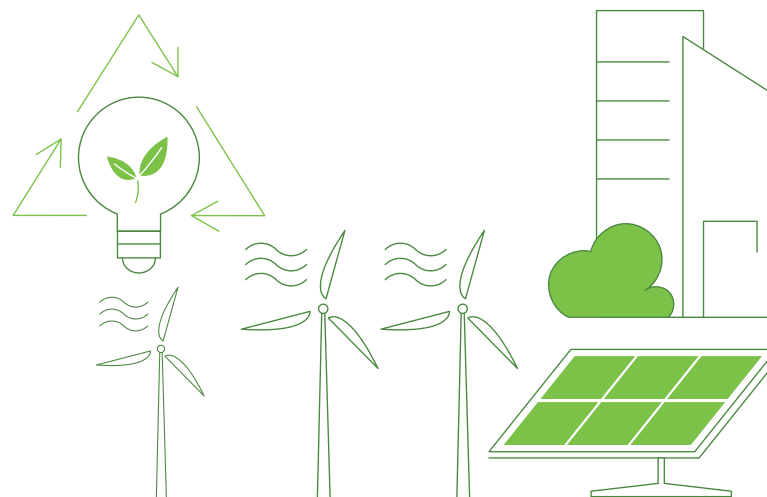
Recursos Necessários

- **Financeiros:** Orçamento para contratação de especialistas, desenvolvimento de materiais didáticos, e custos com logística de eventos (como aluguel de espaço, transporte, alimentação, etc.).
- **Humanos:** Equipe responsável pela organização das capacitações, como profissionais de recursos humanos, coordenação de sustentabilidade, especialistas em produtos e serviços sustentáveis.
- **Tecnológicos:** Ferramentas para feedback e avaliação (questionários, formulários), e equipamentos audiovisuais para treinamentos presenciais.
- **Materiais:** Materiais de apoio e recursos didáticos, como apostilas, apresentações em PowerPoint, vídeos, e manuais de boas práticas sustentáveis, para engajamento de servidores e colaboradores.

Riscos Envolvidos

- **Baixa adesão aos treinamentos:** Um dos principais riscos é a falta de interesse ou adesão por parte dos servidores, especialmente se os treinamentos não forem bem divulgados ou se a relevância do conteúdo não for clara para os participantes.

- **Falta de tempo para participação:** Os servidores podem ter dificuldade em alocar tempo para participar das capacitações devido à sobrecarga de trabalho, o que pode impactar a eficácia das ações de conscientização.
- **Qualidade do conteúdo e instrutores:** A capacitação só será eficaz se os materiais e os instrutores forem de alta qualidade. Existe o risco de o conteúdo não ser suficientemente relevante ou de os facilitadores não conseguirem engajar os participantes de maneira adequada.
- **Orçamento insuficiente:** O orçamento destinado à capacitação pode ser limitado, dificultando a contratação de especialistas de alto nível ou a realização de eventos presenciais de maior alcance e impacto.
- **Desatualização dos temas abordados:** A sustentabilidade e as inovações no mercado de produtos e serviços mudam rapidamente. Existe o risco de o conteúdo das capacitações se tornar desatualizado ou insuficiente, caso não haja revisão periódica do material e das abordagens.
- **Engajamento contínuo:** Após a realização de capacitações, pode haver dificuldade em garantir que os servidores realmente apliquem o que aprenderam no dia a dia, o que exige ações contínuas de acompanhamento e reforço.





18

Indicador: Percentual de serviços do portfólio com caráter sustentável

Descrição: Este indicador mede a proporção de serviços no portfólio da instituição que adotam práticas sustentáveis. Serviços com caráter sustentável são aqueles que utilizam recursos de maneira eficiente, utilizam materiais ambientalmente corretos, e integram aspectos sociais e econômicos responsáveis. O objetivo deste indicador é garantir que um percentual crescente dos serviços contratados ou oferecidos pela instituição estejam alinhados com os princípios de sustentabilidade, contribuindo para a redução de impactos ambientais e para a promoção de práticas socioambientais positivas.

Fórmula: Percentual de serviços com caráter sustentável = (Número de serviços sustentáveis / Número total de serviços no portfólio) x 100

Unidade de Medida: Percentual (%)

Ações possíveis:

- **Mapeamento do portfólio de serviços:** Realizar um levantamento completo dos serviços atualmente oferecidos pela AGU, categorizando-os conforme seu impacto ambiental, social e econômico. A partir disso, identificar os serviços que já apresentam características sustentáveis e os que precisam ser ajustados ou reformulados para se alinhar aos critérios de sustentabilidade.
- **Desenvolvimento de critérios de sustentabilidade:** Definir e formalizar os critérios de sustentabilidade a serem aplicados na seleção e contratação de serviços. Esses critérios devem incluir aspectos como eficiência no uso de recursos naturais, respeito aos direitos humanos, responsabilidade social, e uso de tecnologias que reduzam os impactos ambientais.
- **Ajustes e adequações nos serviços existentes:** Adaptar os serviços já contratados ou oferecidos, sempre que possível, para incorporar práticas sustentáveis. Isso pode incluir mudanças em fornecedores, processos ou a adoção de novas tecnologias e materiais mais eficientes e menos prejudiciais ao meio ambiente.

- **Capacitação interna:** Promover treinamentos para as equipes responsáveis pela contratação e oferta de serviços, garantindo que todos estejam alinhados com os critérios sustentáveis definidos e capazes de aplicar esses critérios na prática.
- **Monitoramento e avaliação contínua:** Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o percentual de serviços com caráter sustentável, permitindo ajustes e melhorias ao longo do tempo. Esse monitoramento incluirá revisões periódicas do portfólio e a inclusão de novos serviços sustentáveis conforme necessário.
- **Comunicação e sensibilização:** Engajar as partes interessadas internas e externas sobre os benefícios de contratar ou oferecer serviços sustentáveis, criando campanhas de conscientização para promover a adesão aos critérios sustentáveis dentro da AGU.

Recursos Necessários

- **Humanos:** Equipe especializada em sustentabilidade para desenvolver os critérios, realizar a avaliação de serviços e realizar treinamentos. Além disso, equipes de gestão de contratos e compras para implementar os critérios nas contratações de serviços.
- **Tecnológicos:** Ferramentas de monitoramento e gestão de portfólio para registrar e acompanhar os serviços que atendem aos critérios de sustentabilidade.
- **Material de apoio:** Materiais de apoio, como manuais de boas práticas sustentáveis, apresentações sobre as vantagens de se contratar serviços sustentáveis e modelos de contratos com cláusulas que incentivem práticas sustentáveis.
- **Consultoria:** Consultores externos especializados em sustentabilidade e certificação ambiental que possam ajudar a estruturar os critérios e realizar a análise dos serviços ofertados pela AGU.

Riscos Envolvidos

- **Resistência à mudança:** Existe o risco de resistência interna por parte de setores ou indivíduos que estão acostumados com práticas tradicionais e que podem achar difícil adaptar-se a novos critérios ou processos mais rigorosos em relação à sustentabilidade.



Legenda: ■ Eixos temáticos
■ Indicadores

- **Custos elevados de adaptação:** A incorporação de práticas sustentáveis em serviços pode exigir investimentos iniciais em mudanças de processos, tecnologias ou na seleção de novos fornecedores. Isso pode representar um desafio orçamentário, principalmente em um cenário de limitações financeiras.
- **Falta de fornecedores alinhados com a sustentabilidade:** Pode haver dificuldades em encontrar fornecedores que atendam aos critérios de sustentabilidade definidos, especialmente em nichos de mercado onde práticas sustentáveis ainda não são amplamente aplicadas.
- **Complexidade na medição e avaliação:** O processo de medir e classificar serviços com base em seu caráter sustentável pode ser complexo e exigir critérios objetivos e claros. A falta de uma metodologia eficiente pode prejudicar a implementação e o acompanhamento do indicador.
- **Inadequação de serviços existentes:** Alguns serviços podem ser difíceis de ajustar para se alinhar aos critérios sustentáveis sem comprometer a qualidade ou eficiência. Isso pode levar a desafios operacionais e à necessidade de buscar alternativas no mercado, o que pode ser demorado e custoso.
- **Desconhecimento do público interno:** A falta de conhecimento sobre o que constitui um serviço sustentável por parte dos gestores e colaboradores pode dificultar a adoção e implementação eficaz dos critérios. A capacitação inadequada ou insuficiente pode levar a falhas na implementação.
- **Dificuldade de adaptação a prazos:** A adaptação do portfólio de serviços para se alinhar aos critérios sustentáveis pode envolver modificações em contratos existentes ou ajustes nos processos operacionais, o que pode acarretar prazos mais longos para a implementação plena.

Eixo temático 4:

Fomento à Inovação no Mercado

19

Indicador: Quantidade de capacitações voltadas à inovação no mercado

Descrição: Este indicador mede o número total de eventos relacionados à inovação organizados pela AGU durante o ano corrente. Esses eventos podem incluir workshops, seminários, palestras, feiras ou outras atividades que promovam a inovação dentro da instituição. O objetivo é fomentar um ambiente de criatividade e desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios institucionais.

Fórmula: Número de eventos realizados = Total de eventos oferecidos sobre inovação

Unidade de Medida: Número de eventos (unidades).

Ações possíveis:

- **Planejamento e organização de eventos:** Definir o tipo de evento a ser realizado (workshops, seminários, palestras, feiras etc.), identificar o público-alvo, os temas principais e os palestrantes ou facilitadores. Cada evento deve ser voltado para um aspecto específico da inovação, como novas tecnologias, metodologias de gestão, ou soluções criativas para desafios institucionais.
- **Parcerias com especialistas e instituições externas:** Buscar parcerias com especialistas, universidades, centros de pesquisa, e empresas inovadoras para garantir conteúdo de qualidade e novas perspectivas. A colaboração com atores externos ajuda a trazer inovação e experiências externas para dentro da AGU.
- **Divulgação e engajamento:** Criar um plano de comunicação para divulgar os eventos e engajar os servidores, promovendo a participação ativa nas atividades propostas. Isso pode incluir campanhas internas, convites personalizados, uso das



plataformas digitais da AGU, e incentivo à participação por meio de programas de reconhecimento ou premiação.

- **Capacitação contínua:** Oferecer cursos ou treinamentos complementares aos eventos principais, garantindo que os servidores tenham oportunidades de aprendizado contínuo. Além disso, estimular a criação de uma rede interna de inovação onde os servidores possam continuar colaborando após os eventos.
- **Avaliação de impacto:** Após cada evento, realizar uma avaliação sobre a sua eficácia, analisando o nível de participação, o impacto nas práticas inovadoras da AGU, e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Com isso, é possível ajustar os eventos futuros para garantir que atendam às necessidades da instituição.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Orçamento para o planejamento, organização e realização dos eventos. Isso inclui custos com palestrantes, facilitadores, materiais de apoio, locação de espaços, tecnologias para eventos híbridos ou virtuais, entre outros. Também podem ser necessários recursos para transporte e alimentação dos participantes.
- **Humanos:** Equipe de gestão de eventos, que será responsável pela organização, logística e coordenação das atividades. Além disso, especialistas internos e externos para conduzir as palestras, workshops e discussões, além de coordenadores que possam facilitar a troca de ideias entre os participantes.
- **Tecnológicos:** Ferramentas para a realização de eventos virtuais ou híbridos, como plataformas de videoconferência, ferramentas de colaboração online e sistemas para inscrições e acompanhamento de participantes. Recursos para criar materiais multimídia e outras ferramentas interativas.
- **Espaço físico:** Locais adequados para a realização de eventos presenciais, com infraestrutura apropriada (auditórios, salas de treinamento, equipamentos audiovisuais).
- **Material promocional e educacional:** Materiais de divulgação dos eventos (cartazes, e-mails, banners, etc.) e materiais didáticos para os participantes (apostilas, livros, kits de inovação, etc.).

Riscos Envolvidos

- **Baixa adesão:** A falta de interesse ou engajamento dos servidores pode ser um risco, especialmente se não houver uma comunicação eficaz sobre a importância da inovação ou se os eventos não forem percebidos como relevantes para o dia a dia da AGU. Para mitigar esse risco, é essencial garantir que os temas abordados estejam alinhados com as necessidades e desafios da instituição.
- **Orçamento insuficiente:** A falta de recursos financeiros pode comprometer a realização de eventos de alta qualidade. Isso pode ser mitigado por meio de parcerias estratégicas e pelo uso eficiente dos recursos disponíveis, priorizando eventos de impacto máximo com orçamento mais controlado.
- **Logística e organização ineficazes:** A falha na organização dos eventos, como problemas de coordenação, falta de infraestrutura adequada ou dificuldades com a agenda dos palestrantes, pode prejudicar a realização das atividades. Para evitar isso, é necessário um planejamento detalhado e antecipado, além de uma equipe dedicada para coordenar a execução.
- **Falta de continuidade:** Os eventos de inovação devem resultar em ações práticas dentro da instituição. Se não houver seguimento e aplicação dos conhecimentos adquiridos, o impacto da iniciativa será reduzido. Para minimizar esse risco, é importante garantir que haja mecanismos para a implementação de ideias inovadoras após o evento.
- **Desafios na adaptação à inovação:** Alguns servidores podem resistir à mudança e ter dificuldades para adotar novas abordagens ou ideias. Para lidar com isso, é importante trabalhar também em ações de conscientização e capacitação para que todos compreendam a relevância da inovação e como ela pode beneficiar seu trabalho e a AGU.
- **Problemas tecnológicos:** Em eventos virtuais ou híbridos, problemas com plataformas, conectividade ou falhas técnicas podem prejudicar a experiência dos participantes. Para mitigar isso, é fundamental realizar testes prévios e ter suporte técnico disponível durante o evento.
- **Excesso de eventos e sobrecarga:** A realização de muitos eventos em curto espaço de tempo pode levar a uma sobrecarga para os organizadores e aos participantes, resultando em baixa participação ou falhas na execução. Deve-se garantir que o calendário de eventos seja balanceado e que haja tempo para preparação adequada.



20

Indicador: Quantidade de soluções inovadoras voltadas à Sustentabilidade implementadas em processos ou serviços da AGU

Descrição: Este indicador mede o número de soluções inovadoras com foco em sustentabilidade que foram implementadas nos processos ou serviços da Advocacia-Geral da União (AGU). Soluções inovadoras voltadas à sustentabilidade incluem novas tecnologias, métodos, ou práticas que otimizam o uso de recursos, reduzem o impacto ambiental, promovem a eficiência energética ou integram princípios de economia circular. O objetivo é incentivar a inovação dentro da instituição, contribuindo para uma gestão mais eficiente e responsável do ponto de vista socioambiental.

Fórmula: Quantidade de soluções inovadoras implementadas = Número total de soluções implementadas.

Unidade de Medida: Número de soluções (unidades).

Ações possíveis:

- 1. Identificação de oportunidades de inovação:** Realizar mapeamento dos processos e serviços existentes, identificando áreas com potencial para inovação sustentável. Isso pode incluir a análise de eficiência energética, gestão de resíduos, uso de tecnologias verdes, entre outros.
- 2. Pesquisa e desenvolvimento de soluções:** Estimular a criação de novas soluções inovadoras dentro da AGU. Isso pode envolver a realização de estudos, workshops ou hackathons focados em inovação e sustentabilidade. Buscar parcerias com empresas, universidades e outras instituições para desenvolver tecnologias sustentáveis que possam ser implementadas internamente.
- 3. Teste e implementação de soluções:** Após identificar as soluções inovadoras, será necessário fazer uma fase de testes para avaliar sua eficácia antes da implementação em larga escala. Isso inclui a análise de custo-benefício e o impacto ambiental das novas soluções.

4. Integração de soluções nos processos e serviços: Uma vez testadas, as soluções devem ser integradas aos processos e serviços existentes, seja por meio da automação de tarefas, adoção de novas tecnologias, ou implementação de novas práticas de gestão.

5. Monitoramento e avaliação contínua: Após a implementação, é fundamental acompanhar os resultados das soluções adotadas. Isso pode ser feito por meio de indicadores de eficiência, como redução de consumo de energia, redução de resíduos ou melhoria nos processos. Avaliações periódicas permitirão ajustes contínuos e identificação de novas oportunidades de inovação.

6. Capacitação e engajamento da equipe: Garantir que os servidores da AGU estejam capacitados para adotar as novas soluções e se engajem com as práticas sustentáveis é fundamental. Para isso, podem ser organizadas capacitações, treinamentos e campanhas de conscientização sobre as inovações implementadas.

Recursos Necessários

- Financeiros:** Recursos para pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, incluindo financiamento de protótipos, aquisição de tecnologias e ferramentas necessárias para a implementação. O orçamento também pode ser necessário para a realização de testes, capacitações e eventos de inovação.
- Humanos:** Equipe de gestão de inovação, composta por especialistas em sustentabilidade, tecnologia, gestão de processos e pesquisa. Além disso, é necessário contar com servidores para participar das etapas de testes, avaliação e implementação das soluções. Parcerias com empresas externas ou consultorias especializadas também podem ser necessárias.
- Tecnológicos:** Ferramentas e softwares para a automação de processos, sistemas de monitoramento de consumo de recursos (energia, água, materiais) e tecnologias sustentáveis. Isso pode incluir, por exemplo, plataformas de gestão ambiental, soluções de eficiência energética, e equipamentos com baixo impacto ambiental.



Legenda: ■ Eixos temáticos
■ Indicadores

Riscos Envolvidos

- **Resistência à mudança:** Os servidores e outros stakeholders podem resistir à adoção de novas soluções ou tecnologias. Para enfrentar esse risco, é importante realizar uma gestão de mudanças eficaz, que inclua treinamentos e sensibilização sobre os benefícios das soluções inovadoras.
- **Falta de capacitação adequada:** A falta de conhecimento técnico sobre as novas soluções pode prejudicar sua implementação eficaz. Para mitigar esse risco, deve-se investir em capacitação contínua para os servidores e criar uma cultura de aprendizado e adaptação dentro da AGU.
- **Problemas financeiros:** A falta de recursos financeiros adequados pode comprometer a execução do plano de inovação sustentável. A obtenção de financiamento adicional, parcerias ou o redirecionamento de recursos de outras áreas pode ajudar a mitigar esse risco.



Eixo temático 5:

Negócios de Impacto nas Contratações

21

Indicador: Quantidade de postos de trabalho inclusivos criados

Descrição: Incentivar a promoção de contratações que contemplem a criação de postos de trabalho para pessoas com deficiência, grupos sub-representados ou em situação de vulnerabilidade.

Fórmula: Postos inclusivos criados = Total de postos contratados inclusivos

Esta fórmula simplificada considera apenas a soma direta dos postos inclusivos criados em contratações realizadas no período analisado.

Unidade de Medida: Número absoluto (postos)

Ações possíveis:

1. **Diagnóstico de necessidades e adequação dos postos de trabalho:** Realizar uma análise detalhada sobre as necessidades de inclusão na AGU, identificando as funções que podem ser adaptadas para atender a pessoas com deficiência ou outros grupos sub-representados. Isso pode incluir adaptações em postos de trabalho, como acessibilidade física, ou mudanças no ambiente de trabalho para atender a necessidades específicas.
2. **Parcerias com organizações especializadas:** Firmar parcerias com ONGs, entidades governamentais ou empresas especializadas em inclusão de pessoas com deficiência e grupos em situação de vulnerabilidade. Essas parcerias podem ajudar na capacitação de candidatos, além de orientar sobre as melhores práticas para a inclusão no local de trabalho.



3. Recrutamento inclusivo: Desenvolver campanhas de recrutamento e seleção que busquem ativamente candidatos de grupos sub-representados. Isso pode incluir a divulgação de vagas em canais acessíveis para pessoas com deficiência, como sites especializados, além de garantir que os processos de seleção sejam inclusivos e acessíveis.

4. Capacitação e treinamento: Oferecer treinamentos sobre diversidade e inclusão para todos os colaboradores da AGU, promovendo a conscientização sobre os benefícios de um ambiente de trabalho inclusivo. Além disso, garantir que os novos contratados recebam treinamentos específicos para que possam se adaptar com sucesso aos postos de trabalho.

5. Adaptação e acompanhamento contínuo: Após a contratação, garantir que os postos de trabalho estejam adaptados para as necessidades dos novos colaboradores e oferecer suporte contínuo. Isso pode incluir a presença de profissionais de RH para acompanhar a integração dos novos funcionários e garantir a inclusão efetiva.

6. Monitoramento e avaliação de resultados: Estabelecer um sistema de monitoramento para avaliar o progresso da inclusão, coletando dados sobre o número de postos de trabalho criados, o impacto na equipe e na organização, e realizando ajustes conforme necessário para promover uma inclusão cada vez mais efetiva.

Recursos Necessários

- **Financeiros:** Recursos para adaptar as instalações da AGU, desenvolver materiais educativos e realizar ações de recrutamento inclusivo. Esses recursos também são necessários para a capacitação de funcionários e para implementar ferramentas e tecnologias assistivas, quando necessário.
- **Humanos:** Profissionais de RH especializados em diversidade e inclusão, psicólogos organizacionais para dar suporte durante a integração dos novos contratados e equipes de gestores que serão responsáveis por liderar e orientar as pessoas contratadas. Também é importante contar com especialistas em acessibilidade para a adaptação dos postos de trabalho.
- **Tecnológicos:** Tecnologias assistivas e equipamentos adaptados para garantir que os colaboradores com deficiência possam exercer suas funções de maneira eficiente e

confortável. Exemplos incluem software de leitura de tela, cadeiras de rodas adaptadas, ou tecnologias para facilitar o trabalho de pessoas com deficiência auditiva.

- **Instituições parceiras:** Parcerias com organizações não governamentais, centros de reabilitação ou universidades, que possam fornecer apoio técnico, treinamento e até mesmo facilitar a integração de candidatos ao mercado de trabalho.
- **Espaço físico:** Áreas adaptadas nas instalações da AGU, que atendam às necessidades de acessibilidade e inclusão, como rampas, elevadores adaptados, banheiros acessíveis e mesas ajustáveis para cadeirantes.

Riscos Envolvidos

- **Resistência à mudança:** A equipe interna pode ter resistências culturais ou comportamentais à inclusão de pessoas com deficiência ou de grupos vulneráveis. Para mitigar esse risco, é fundamental realizar treinamentos e sensibilizações contínuas sobre a importância da diversidade e inclusão no ambiente de trabalho.
- **Falta de adaptação adequada dos postos de trabalho:** A falta de adequação dos postos de trabalho às necessidades dos colaboradores com deficiência pode gerar dificuldades na integração e no desempenho dessas pessoas. Isso pode ser mitigado com avaliações regulares de acessibilidade e a presença de especialistas em inclusão.
- **Desafios de recrutamento:** A dificuldade em atrair e identificar candidatos qualificados de grupos sub-representados pode ser um desafio. Para superar isso, a AGU deve ampliar seus canais de recrutamento e estabelecer parcerias com entidades que ajudem na identificação de talentos dessas comunidades.
- **Desigualdade no tratamento e oportunidades:** Existe o risco de que os novos colaboradores não recebam tratamento igualitário ou que sejam preteridos em favor de outros membros da equipe em aspectos como promoção ou desenvolvimento de carreira. Isso pode ser mitigado por meio de políticas claras de inclusão, monitoramento da performance e avaliação contínua da equidade no ambiente de trabalho.
- **Custos elevados de adaptação:** A adaptação de espaços e aquisição de tecnologias assistivas pode gerar custos adicionais. A gestão eficiente de recursos



e o planejamento orçamentário adequado, com a priorização dessas iniciativas no planejamento de custos, são formas de mitigar esse risco.

- **Falta de suporte após a contratação:** A falta de um acompanhamento adequado após a contratação pode resultar em desmotivação ou dificuldades de adaptação. Para mitigar esse risco, é importante garantir um processo de integração estruturado e o acompanhamento contínuo, com suporte psicológico e orientação por parte da gestão.

22

Indicador: : Percentual de imóveis acessíveis na AGU

Descrição: Este indicador mede o percentual de imóveis que atendem aos critérios de acessibilidade definidos no questionário IES (Instalações Eficientes e Sustentáveis). O objetivo é avaliar o grau de acessibilidade do imóvel, identificando se ele está em conformidade com as normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O questionário IES avalia diferentes aspectos do imóvel, como rampas, portas, banheiros, pisos, sinalizações e dispositivos de segurança.

Obs. Serão considerados acessíveis, para fins do indicador, os imóveis que responderem positivamente a todos os questionamentos acerca de acessibilidade presentes no relatório IES

Fórmula: Percentual de Imóveis Acessíveis = Número de imóveis acessíveis/ Número total de imóveis) x 100

Unidade de Medida: Percentual (%)

Ações possíveis: Adaptação ou adequação dos imóveis da AGU para atender aos critérios de acessibilidade, tendo por base o relatório IES e a legislação em vigor. As ações a serem implementadas incluem:

1. **Auditoria inicial de acessibilidade:** Realizar uma avaliação detalhada dos imóveis, utilizando o questionário IES, para identificar itens e áreas que não atendem aos requisitos de acessibilidade.
2. **Planejamento de melhorias:** Elaborar um plano de ação para adaptar os itens

identificados como não acessíveis, priorizando as áreas de maior impacto (entradas, banheiros, áreas comuns, etc.).

3. **Adaptação de itens faltantes:** Implementar as melhorias necessárias, como instalação de rampas, ajustes em portas e corredores, implementação de sinalizações em braille, entre outros.

4. **Capacitação e conscientização:** Treinar a equipe de manutenção e gestão sobre a importância da acessibilidade e como realizar ajustes e manutenções preventivas.

5. **Monitoramento contínuo:** Realizar auditorias periódicas para garantir que os itens acessíveis sejam mantidos e que novos problemas sejam rapidamente identificados e corrigidos.

Recursos Necessários

- **Humano:** Profissionais para realizar a avaliação das respostas ao questionário IES.
- **Orçamento para adaptações:** Recursos financeiros para implementar as adaptações necessárias nos imóveis, como rampas, dispositivos de sinalização, ajustes em banheiros, entre outros.
- **Equipamentos e materiais de acessibilidade:** Materiais como rampas, sinalizações em braille, pisos táteis, barras de apoio, entre outros.

Riscos envolvidos

1. **Limitações orçamentárias:** A falta de recursos financeiros pode dificultar a implementação das melhorias necessárias nos imóveis.
2. **Falta de conhecimento especializado:** A ausência de profissionais com experiência em acessibilidade pode resultar em soluções inadequadas ou falhas na adaptação dos itens.
3. **Desatualização das normas:** A legislação sobre acessibilidade pode ser alterada, exigindo novas adequações, o que pode gerar custos adicionais inesperados.



Eixo temático 6:

Divulgação, Conscientização e Capacitação

23

Indicador: Percentual de Capacitação da SGA

Descrição: Visa aferir o total de servidores capacitados pelo total de servidores da SGA.

Fórmula: (Total de capacitados em no mínimo 40 horas dentro dos eixos do PDP por ano na SGA/ Total de força de trabalho da SGA X 100).

Unidade de Medida: %

Ações possíveis: Realizar levantamento das necessidades de capacitação dos servidores da SGA para promoção de cursos, treinamentos e workshops que atendam essas necessidades, com foco em áreas prioritárias para o desenvolvimento e aprimoramento das competências institucionais. A capacitação será realizada em formato presencial ou remoto, conforme a viabilidade e disponibilidade de recursos.

Recursos Necessários

- Recursos financeiros para contratação de instrutores e materiais de treinamento.
- Espaço adequado ou plataforma virtual para realização das capacitações.
- Equipamentos e materiais de apoio, como computadores e materiais didáticos.
- Equipe de RH para planejamento e organização das atividades.

Legenda:

- Eixos temáticos
- Indicadores

Riscos Envolvidos

- Alta demanda de trabalho pode limitar a disponibilidade dos servidores para participarem das capacitações.
- Insuficiência de orçamento pode impactar a frequência e a qualidade das capacitações oferecidas.
- Baixa adesão dos servidores às capacitações pode comprometer a eficácia da ação.

24

Indicador: Quantidade de eventos sobre sustentabilidade

Descrição: Este indicador mede a quantidade de eventos realizados sobre sustentabilidade, especificamente no âmbito dos programas Capacita PLS, Café com PLS e Bate-Papo Socioambiental. Esses eventos são promovidos para capacitar, sensibilizar e engajar os colaboradores da AGU em temas relacionados à sustentabilidade, como consumo consciente, gestão de resíduos, eficiência energética, entre outros. O objetivo é ampliar o conhecimento e a participação dos servidores nas ações do Plano de Logística Sustentável (PLS), contribuindo para a cultura institucional de responsabilidade socioambiental.

Fórmula: Quantidade de eventos realizados = Número total de eventos realizados

Unidade de medida: Número de eventos

Ações possíveis: Desenvolver eventos regulares no contexto dos programas Capacita PLS, Café com PLS e Bate-Papo Socioambiental. Esses eventos buscarão promover o engajamento dos servidores, disseminar práticas sustentáveis e fortalecer a cultura de responsabilidade socioambiental da AGU.



Recursos Necessários

- Equipe de organização para planejamento e execução dos eventos.
- Materiais audiovisuais e de comunicação para divulgação e apresentação dos conteúdos.
- Espaços físicos ou plataformas digitais para a realização das atividades, dependendo do formato do evento.
- Parcerias com especialistas e facilitadores em sustentabilidade e temas socioambientais para participação em palestras e atividades.

Riscos Envolvidos

- Baixa adesão dos servidores aos eventos, limitando o alcance e o impacto da ação.
- Falta de recursos financeiros ou de apoio logístico para a realização dos eventos de forma contínua.
- Desafios na agenda dos servidores, dificultando a participação ativa nas atividades programadas.



25

Indicador: Quantidade de campanhas de sensibilização sobre sustentabilidade (calendário socioambiental)

Descrição: Este indicador mede a quantidade de campanhas de sensibilização realizadas sobre sustentabilidade ao longo do ano, baseadas nas datas do calendário socioambiental. Essas campanhas têm como objetivo aumentar a conscientização dos colaboradores da AGU sobre temas ambientais, promovendo práticas sustentáveis, como a preservação dos recursos naturais, consumo consciente e ações de responsabilidade ambiental. Cada campanha está alinhada a datas importantes do calendário ambiental, como o Dia Mundial da Água, o Dia da Árvore, entre outras.

Fórmula: Quantidade de campanhas de sensibilização = Número total de campanhas realizadas

Unidade de Medida: Unidades (número de campanhas)

Ações possíveis: Realizar campanhas de sensibilização sobre sustentabilidade ao longo do ano, alinhadas às principais datas do calendário socioambiental, como o Dia Mundial da Água e o Dia da Árvore. As campanhas incluirão ações de comunicação interna, palestras, oficinas, desafios e distribuição de materiais informativos para aumentar o conhecimento e incentivar a prática de ações sustentáveis entre os colaboradores da AGU.

Recursos Necessários

- Equipe de comunicação e design para a criação de materiais de divulgação (cartazes, e-mails, posts em redes internas).
- Espaços para atividades e palestras, sejam físicos ou plataformas digitais.
- Parcerias com especialistas e organizações ambientais para enriquecer o conteúdo e ampliar o alcance das campanhas.



- Orçamento para produção de materiais, brindes sustentáveis e, eventualmente, a contratação de palestrantes ou facilitadores externos.

Riscos Envolvidos

- Falta de adesão dos servidores, diminuindo o impacto das campanhas de sensibilização.
- Escassez de recursos financeiros e logísticos para a continuidade e qualidade das campanhas ao longo do ano.
- Concorrência com outras prioridades institucionais que podem reduzir o engajamento dos colaboradores nas atividades propostas.



-
Administração



Ed. Sede I - Setor de Autarquias
Sul
Quadra 3 - Lote 5/6, Ed. Multi
Brasil Corporate - Brasília-DF -
CEP 70.070-030
Fones: (61) 2026-9202 e
2026-9712

Ed. Sede II - Setor de Autarquias
Norte
Quadra 5 - Lote C - Centro
Empresarial CNC - Brasília-DF
CEP 70.297-400

Ed. Sede III - Setor de Indústrias
Gráficas
Quadra 6 - Lote 800 - Brasília-DF
CEP 70.610-460
Fones: (61) 2026-7709 e
2026-7807

g o v . b r / a g u ◆



@aguoficial



@AdvocaciaGeral

@agu-governo-federal

@advocaciageraldauniao